

MULHERES DA VILA, MULHERES DA VIDA VILA DO PRÍNCIPE (1850 - 1900)¹

SANDRA MARIA DE ASSIS

RESUMO

Este trabalho de pesquisa pretende elucidar um pouco da História das Mulheres da Vila do Príncipe partindo de elementos do seu cotidiano, de sua vida familiar e privada. A investigação direcionou-se para dois universos distintos, mas interrelacionados: o das mulheres ricas, brancas e livres e o das mulheres pobres, negras, escravas e libertas. Através de alguns elementos do seu cotidiano (trabalho, relações sociais, territórios de ação, comportamento, submissão, casamentos, vestuário) e da análise de alguns processos-crimes procuramos desvendar sua existência como também sua insubmissão diante de uma sociedade marcadamente patriarcal.

INTRODUÇÃO

A grande reviravolta da História, nas últimas décadas, possibilitou a investigação de temáticas e grupos sociais antes excluídos. A História Cultural preocupada com as identidades coletivas de diversos grupos sociais e a popularização dos objetos de investigação histórica, elevaram as mulheres à condição de objeto e sujeito da História.

Diante disso, optamos por estudar as mulheres que viveram na Vila do Príncipe no período compreendido entre 1850 – 1900. Nesse período a vila se fez cidadeⁱⁱ, passou por importantes transformações, consolidando a sua estrutura urbana, deixando de ser tão somente o casario ao redor da Matriz e passando a abrigar outros logradouros públicos de relevância para a vida social como Agência Postal, Escola, Comarca, Mercado, Prefeitura, Cartório. Esses espaços públicos eram territórios claramente masculinos, onde os homens exerciam seu poder e administravam seus conflitos, empurrando para fora desses limites os lugares femininos. Estes, aparentemente, encerravam-se no universo privado, doméstico, familiar; no entanto, percebemos que também nesses espaços havia uma clara delimitação de poder entre homens e mulheres.

Optamos por investigar a História dessas mulheres para “fazê-las existir, viver e ser” (PRIORE, 1998, p. 235). Enfocá-las através das tensões, das contradições, da sua submissão, das suas táticas de “sobrevivência” num mundo masculino. Fazê-las falar através dos documentos, dos gestos, das práticas discursivas, do seu cotidiano, das furtivas formas de consentimento e interiorização das pressões simbólicas ou concretas exercidas contra elas.

Nosso trabalho de pesquisa propõe-se lançar um pouco de luz sobre a História das Mulheres da Vila do Príncipe, a partir de elementos de sua vida familiar e privada, de seu cotidiano, de suas práticas discursivas que possibilitem compor uma imagem dessas mulheres. A nossa preocupação em investigar essas mulheres direcionou-se para dois universos distintos, embora interrelacionados: o das mulheres ricas, brancas e livres e o das mulheres pobres, negras, escravas e libertas. Começamos por fazer uma contextualização histórica, enfocando a origem e a construção histórica da Vila, espaço e cenário para a convivência cotidiana de seus habitantes. Quem eram? Quantos eram? Como era sua vida econômica e social? A partir daí analisamos algumas situações do cotidiano das mulheres: seu trabalho; suas relações sociais; seu comportamento; seus territórios de ação; sua submissão diante das imposições do poder masculino; suas relações com os homens; seus casamentos (formais ou informais); seus valores e estilo de vida traduzidos nas formas de vestir-se, pentear-se, adornar-se. Por fim, através da análise de alguns processos-crimes procuramos desvendar a insubmissão das mulheres demonstrada através de sua recusa em se submeter ao poder masculino como constatamos em alguns documentos policiais em que elas aparecem como agressoras ou como vítimas: acusadas de cometer crimes e principalmente, como vítimas das agressões masculinas. A partir do que foi exposto, formulamos a seguinte problematização: É possível escrever a História das Mulheres, partindo da História dos homens? Seria possível erguer os véus que cobriam sua intimidade, seus comportamentos, as formas de violência das quais foram vítimas ou os sutis mecanismos de resistência dos quais lançaram mão?

Para fazermos a contextualização histórica da Vila do Príncipe, ponto de partida de nossa pesquisa, utilizamo-nos de obras da história regional como MORAIS (1999), MACEDO (1998) e MEDEIROS FILHO (1981 e 1983) que nos permitiram visualizar as origens da economia pastoril, sua ocupação e povoamento, sua emergência como Vila. Em relação aos habitantes da Vila, para elaborarmos seu perfil demográfico, lançamos mão de MATTOS (1985), cuja obra contém dados valiosos que nos possibilitaram saber quem eram, quantos eram, o que faziam. Para entendermos os elementos do cotidiano das mulheres, reportamo-nos a LAMARTINE (1965) e MEDEIROS FILHO (1984 e 1988) no âmbito local e FREYRE (1981) e FALCI (1997) no âmbito regional. Através desses autores pudemos elucidar algumas questões relevantes para nossa pesquisa no que diz respeito ao universo das famílias nordestinas, uma vez que esses autores fazem descrições detalhadas dos costumes, festas, alimentação, relações matrimoniais, especialmente a obra de FALCI por abordar a vida das mulheres de todas as classes sociais.

Inicialmente não tínhamos a pretensão de abordar questões de gênero, mas à medida que nos debruçamos sobre PRIORE (1994), SOIHET (1997) e ROCHA – COUTINHO (1998), inevitavelmente fomos tomando esse rumo. Devemos creditar parte disso à bibliografia estudada durante a disciplina História da Família Nordestina, cujas leituras foram essenciais para descortinar um universo mais amplo acerca da história das Mulheres. Certamente as marcas dessa influência estão presentes neste trabalho. Tornava-se difícil falar das mulheres dissociando-as do poder masculino, dos estereótipos fundados na negação dos seus papéis históricos. Fazia-se necessário libertar as imagens femininas dos olhares que naturalizavam suas diferenças.

A produção historiográfica regional carece de informações acerca das mulheres pobres trabalhadoras, das escravas e forras. Assim, optamos por fazer um paralelo a partir da obra de DIAS (1995), *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. Essa obra debruça-se sobre o universo das mulheres pobres de São Paulo, mulheres chefes de famílias, trabalhadoras que, muitas vezes, assumiam “papéis de homens”. Constatamos também que essas mulheres pobres, em sua maioria isentas de vínculo matrimonial formal, de certa forma, mais “independentes”, desafiavam com mais frequência as estruturas de poder; elas próprias, parte

constitutiva de uma rede de micro-poderes, estavam por isso mais sujeitas à violência. Para abordar essa problemática no âmbito do recorte empírico de nossa pesquisa, recorreremos aos inquéritos policiais aliados aos processos criminais, fontes privilegiadas de acesso ao universo das classes populares. Através da fala dos réus, das vítimas, das testemunhas e até das autoridades envolvidas (a forma discriminatória como proferiam as sentenças), pudemos resgatar um pouco da existência dessas mulheres. A obra de SOIHET (1997) deu-nos condições de transitar com um pouco mais de desenvoltura por entre esses documentos.

As mulheres pobres obrigadas muitas vezes a prover o seu sustento e de seus dependentes desempenhavam inúmeras funções na cidade. A rua era seu território de ação. Alguns lugares públicos eram das mulheres por excelência como a cacimba, a praça, o mercado. O suporte teórico para compreendermos a relação entre as mulheres pobres e os lugares públicos fomos buscar na obra de PERROT (1992) “*Os Excluídos da História*”. Constatamos através de alguns processos-crimes que a Cacimba e as margens do rio Seridó eram lugares muito freqüentados pelas mulheres pobres onde se engendravam diferentes estratégias de sobrevivência, de defesa e de sociabilidade.

Além da bibliografia já mencionada, selecionamos 200 processos criminais contidos no Fundo da Comarca de Caicó que se encontram sob custódia do Laboratório de Documentação Histórica da UFRN – CERES – Campus de Caicó. Os processos selecionados correspondem ao período de 1874 a 1897. Dos 200 processos examinados, 20 deles, ou seja, 10% envolviam mulheres e foram objeto da nossa análise. Depois de analisados, foram confrontados com a bibliografia.

A nossa pesquisa está estruturada em três capítulos:

No capítulo inicial (*Construção Histórica da Vila do Príncipe*) fizemos uma narrativa da construção histórica do espaço da Vila, bem como de sua evolução direcionada pela expansão pecuarística e fortemente marcada pela religiosidade que mesclava crenças cristãs (promessas do vaqueiro) com paganismo (lendas do poço de Santana). Estruturamos também o perfil demográfico dos habitantes da Vila no período e alguns elementos de sua vida econômica, social e religiosa.

No segundo capítulo (*O Trabalho e os Dias: As Mulheres na Vila do Príncipe*) procuramos abordar os lugares da mulher na Vila. Na primeira parte nos dedicamos a compor um quadro da mulher da elite, das sinhás das casas de fazendas e também da vila, seus espaços na casa, seus casamentos, suas roupas, seus costumes, suas relações com os homens da família, suas estratégias para conviver com o poder masculino. Na segunda parte abordamos a vida das mulheres pobres, escravas e libertas. Seu trabalho, suas uniões informais, seus espaços na rua, seus papéis históricos e as relações de poder que os cercavam.

No terceiro Capítulo (*Mulheres Insubmissas*) fazemos uma análise da insubordinação das mulheres demonstrada nos crimes por elas praticados e nos mecanismos utilizados para puni-las. Procuramos demonstrar que a submissão atribuída às mulheres é fruto de um discurso propagado de forma a construir uma imagem estereotipada e preconceituosa das mulheres e que esta pouco se aplica às mulheres pobres, escravas e forras.

1. A Vila do Príncipe e seus habitantes nos séculos XVIII e XIX

1.1. Construção histórica da Vila do Príncipe: a produção do espaço

A Vila do Príncipe, atualmente Caicó, tem sua história ligada ao processo de ocupação e povoamento regional que não foge ao modelo desenvolvido em toda a ribeira do Seridó, como de resto, do semi-árido da América Portuguesa. Inicialmente a produção do espaço seridoense deu-se como consequência da criação de gado, atividade que se beneficiou da grande quantidade de terras inexploradas pelos brancos e da necessidade de abastecimento de carne e tração animal demandada pelos engenhos de cana no litoral pernambucano.

A dinâmica do Antigo Sistema Colonial impunha a produção do açúcar em larga escala para atender às demandas do mercantilismo europeu. Por ser um produto altamente rentável e para satisfazer a voracidade do lucro mercantilista, todas as energias e todos os fatores de produção deveriam estar voltados para essa atividade. Não podia haver qualquer concorrência com as demais atividades econômicas desenvolvidas na colônia. Essas atividades, entre elas a pecuária, foram relegadas ao setor secundárioⁱⁱⁱ.

À medida que o cultivo da cana se expandia ocupando todos os terrenos apropriados ao seu cultivo, a convivência com a pecuária ia se tornando antieconômica, a ponto de a Coroa, através da Carta Régia de 1701, proibir o criatório a menos de 10 léguas do litoral. Essa separação entre a monocultura açucareira e o gado possibilitaria a ocupação dos sertões. Importa lembrar que essa ocupação não foi pacífica. A reação dos silvícolas não se fez esperar. Guerras ocorreram. Entre elas, a denominada Guerra dos Bárbaros, levante de indígenas contra os colonizadores. Os índios, obviamente, o lado fraco dessa contenda, iam sendo gradativamente derrotados, seja pelo extermínio, seja pelo aldeamento, e “desocupando” suas terras à medida que os brancos colonizadores iam demarcando os limites de suas fazendas e instalando seus currais de gado.

Segundo MACÊDO (1998, p.4), a Guerra dos Bárbaros deu-se por volta dos anos de 1683 até 1697. Esse levante, pela dimensão que tomou no Rio Grande do Norte, preocupou as autoridades reinóis que solicitaram do Governo Geral uma ação imediata para debelar a ameaça do “gentio tapuia”^{iv}. Em 1687 chega ao Seridó, na ribeira do Acauã, o Coronel Antônio de Albuquerque da Câmara, que ali possuía uma sesmaria para dar combate aos silvícolas, usando como base militar a casa forte do Cuó. Em 1688, o então governador-geral, Matias da Cunha, chegou a contratar os serviços do Terço Paulista de Domingos Jorge Velho para prosseguir na luta contra os gentios. Nessas batalhas foi exterminada a maioria dos índios Canindés, que habitavam o norte do atual Seridó. Os poucos que restaram foram aldeados em Jundiá – Perereba (Várzea – PB) e dali desapareceram por doença ou fuga^v.

Após esses conflitos armados, o Sertão do Acauã, depois chamado do Seridó, foi sendo ocupado rapidamente pela pecuária e novos arranjos espaciais e sociais foram se constituindo. Sabe-se que “afluíram ao Seridó elementos advindos do reino, os quais se tornaram os fundadores das estirpes que viriam a constituir a elite econômica e política da região” (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 4).

O elemento branco, o colonizador português, vindo do Norte de Portugal e dos Açores, ao se apossar da terra, com ou sem concessão real, trazia para o sertão todas as suas experiências e tradições culturais adquiridas no Velho Mundo. Mas o meio físico se apresentava bem diverso daquele conhecido, o que tornou necessário a adaptação e a assimilação das tradições indígenas e negras para sua própria sobrevivência.

Depois de superados os conflitos com os gentios, com o que sobrou desses aldeados e as terras desocupadas, os homens brancos começaram a se fixar no Seridó de forma definitiva. A princípio, não vinham os “donos” brancos da terra. Por precaução, enviavam vaqueiros de confiança encarregados de “acostumar o gado” ao pasto, construir os casebres de taipa^{vi}. Encaravam a paisagem árida, pouco convidativa da caatinga e instalavam-se nas ribeiras dos rios. Só depois de acomodado o gado e os vaqueiros é que chegavam as famílias. As primeiras “somente apareceram em 1720” (MEDEIROS FILHO, p. 03).

Os rios foram de indubitável importância como elementos de convergência na ocupação do espaço seridoense. Inicialmente seus leitos, secos ou não, funcionavam como trilhas naturais para os caminhos do gado, possibilitando a penetração da pecuária para o interior. Uma vez instalados os colonos, a existência desses rios era fundamental à sobrevivência dos rebanhos e dos homens, além de servir para demarcação dos espaços de poder de cada proprietário. Portanto, “as ribeiras dos rios eram mais que acidentes geográficos, eram cartografias do poder” (MACÊDO, 1998, p. 6).

Fixada na terra com a pecuária, a população dessas ribeiras avolumou-se, até que surgiram as primeiras povoações, vilas e cidades. Uma das primeiras a ser formalizada com o nome de “povoação” no Seridó era chamada de Queiquó^{vii}. Posteriormente, em homenagem a D. João VI, transformar-se-ia em Vila do Príncipe e somente após a proclamação da República seria nomeada de cidade de Caicó.

Falar das origens históricas do Seridó e, da Vila do Príncipe, envolve necessariamente uma contextualização histórica que leve em conta a sua produção simbólica, associada a um conjunto de imagens e discursos, onde predominam a figura do boi e do vaqueiro como prova incontestável da importância da pecuária no âmbito da economia regional e do vaqueiro como definidor da imagem de homens corajosos, ousados, perspicazes.

Há na historiografia regional uma versão considerada “lendária” acerca da origem da povoação que mais tarde seria a Vila do Príncipe.

Segundo esse mito de origem, a cidade teria se originado de uma capela construída por um vaqueiro como pagamento de uma promessa feita a Sant’Ana quando aquele foi atacado por um touro sagrado para os índios, que habitavam o lugar. Em meio à construção da capela, o vaqueiro viu-se ameaçado pela falta d’água, o que o levou a fazer uma nova promessa, desta feita para o poço de onde retirava água para a edificação não secar^{viii} (Figura I).

Figura I - Poço de Sant'Ana

Fonte: Acervo de Ione Rodrigues Diniz Morais

De acordo com a versão histórica que ganhou mais credibilidade, a origem da cidade está ligada à antiga Casa Forte de Cuó, construída para acomodar as tropas que combatiam os indígenas rebeldes na guerra dos Bárbaros em 1683. Segundo MEDEIROS FILHO (1988, p. 04), sua localização seria o Sítio Penedo próximo ao Poço de Sant'Ana. Só depois disso, em 1695, teriam se iniciado os trabalhos de construção da Capela nas proximidades da casa. A casa e a capela teriam possibilitado já em 1700 a fundação do “Arraial do Acauã”, depois Povoado de Caicó^{ix}.

Não obstante às divergências históricas acerca da origem da cidade, do seu fundador e do local exato onde se ergueram as capelas de Sant'Ana e do Rosário percebe-se a importância da Igreja como força de aglutinação, dado o espírito de religiosidade que permeia a história do povo caicoense em torno da padroeira Sant'Ana. Toda a ocupação do seu espaço urbano dar-se a partir da construção da Matriz, o que não foge aos padrões das cidades do período colonial (Figura II).

Uma das mais antigas descrições da Vila foi feita por Frei Caneca, quando deslocava suas tropas para o Ceará e esteve hospedado no Sobrado do Padre Brito Guerra em 1824 durante a Confederação do Equador. Diz ele:

“A Vila tem um Igreja não pequena, nova e bem paramentada. A casa do vigário é de sobrado e boa. Todas as casas são novas, de pedra e cal e fazendo um círculo, com diâmetro de trezentos passos em uma chã.

Por detrás das casas o terreno é plano, mas pedregoso. Tem o rio três grandes poços de boa água, que nenhum verão, por mais forte, é capaz de secar” (DANTAS apud MORAIS, 199, p.43).

Figura II – Igreja de Sant’Ana no Final do Século XIX
Fonte: Acervo de Joaquim Martiniano Neto

De acordo com os relatos de Luciano Nóbrega no início do século XIX, a cidade resumia-se à Rua de Baixo ou Rua do Sobrado à esquerda da Matriz; à Rua dos Medeiros, por trás da Matriz; à Rua de Cima (provavelmente por trás da Rua dos Medeiros); à Rua da Fortuna; e à Rua do Sol (um pouco distante da Matriz). Havia ainda as Ruas do Nascente e do Poente próximas à Praça do Mercado, onde se realizava o comércio; a Rua Nova (num ponto extremo da Vila), onde ficava o Cemitério e, bem nos fundos da Igreja do Rosário, a Rua Sete de Setembro. (MORAIS, 1999) (Figura III).

Figura III – Mapa da cidade de Caicó - Localização do Centro Histórico

Fonte: MORAIS, I. R. D. *Desvendando a Cidade – Caicó em sua dinâmica espacial*.
Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1999

Observemos nessa disposição de casas e ruas uma bem delimitada divisão espacial, ou seja, os espaços dos sobrados das famílias abastadas próximos à Matriz, o espaço do comércio mais afastado e o cemitério o mais longe possível, bem como a Igreja do Rosário. Na maior parte do tempo a Vila ficava quase despovoada, visto que os donos das casas, geralmente fazendeiros, só delas faziam uso quando das festas, atos religiosos ou feiras.

Na Segunda metade do século XIX começaram a surgir outros lugares públicos relevantes para a vida social da Vila do Príncipe como Agência Postal, Escola Primária, Comarca, Mercado Público, Prefeitura Municipal e 1º Cartório Judiciário, que diminuíram sensivelmente a hegemonia da Matriz.

2. Os habitantes da Vila no século XIX

Diante da precariedade de informações a respeito do levantamento de dados demográficos e estatísticos nos arquivos locais, procuraremos compor, baseados em dados levantados pela pesquisadora Maria Regina Mendonça Furtado MATTOS (1985, p. 247), um perfil populacional daqueles que habitavam a Vila do Príncipe na Segunda metade do século XIX.

De acordo com MATTOS (1985), a partir de dados obtidos nos arquivos do chefe de polícia do Governo de Leão Veloso, a população da Vila em 1855 era de 15.921 habitantes, sendo 13.742 livres e 2.179 escravos (Tabela I), correspondendo a 10,7% da população total da província do Rio Grande do Norte que era de 148.210 habitantes, sendo 127.966 livres e 20.244 escravos.

Tabela I – População Livre e Escrava Existente na Província do Rio Grande do Norte em 1855

	LIVRES	ESCRAVOS
NATAL	5.934	520
SÃO GONÇALO	7.705	775
EXTREMOZ	15.724	1.126
TOUROS	3.810	362
GOIANINHA	19.539	1.600
ANGICOS	3.235	1.100
MACAU	5.164	564
MOSSORÓ	2.493	153
PRÍNCIPE	13.742	2.179
IMPERATRIZ	5.096	746
PORTO ALEGRE	6.921	714
APODI	4.481	589
SÃO JOSÉ	18.118	9.816
ASSÚ	16.004	-
TOTAL	127.966	20.244

Fonte: MATTOS, M. R. M. Vila do Príncipe (1850 – 1890): Sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza. Niterói, 1985, p. 30

O Censo de 1872 demonstra que a população havia decaído, principalmente a população escrava, vítima das precárias condições de vida, principalmente nas secas, e do tráfico interprovincial de escravos. A população livre era de 10.098 (5.317 homens e 4.781 mulheres) e a população escrava era de 1.185 (559 homens e 626 mulheres), apenas 7,5% do total da população que era de 11.283 (Tabela II).

Tabela II – População Livre e Escrava Existente na Província e no Seridó Segundo os Dados do Censo de 1872

PROVÍNCIA

	LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
BRANCOS	52.835	49.630	-	-	102.465
PARDOS	42.213	41.887	3.183	3.171	90.545
PRETOS	12.202	11.163	3.388	3.278	30.031
CABOCLOS	5.471	5.558	-	-	11.029
TOTAL	112.721	108.238	6.571	6.449	
TOTAL GERAL	220.959		13.020		233.979

SERIDÓ

	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL
	HOMENS	MULHERES	TOTAL LIVRES	HOMENS	MULHERES	TOTAL LIVRE	
PRÍNCIPE	5.317	4.781	10.098	559	626	1.185	11.283
ACARY	5.720	5.657	11.377	505	541	1.046	12.423
JARDIM	4.047	3.808	7.855	171	222	393	8.248
TOTAL	15.084	14.246	29.330	1.235	1.389	2.624	31.954

Fonte: MATTOS, M. R. M. Vila do Príncipe (1850 – 1890): Sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza. Niterói, 1985, p. 33

Mais da metade dessa população era branca e de origem européia (59,9%), mestiça (14,5%), parda (16,5%) e preta (14,6%).

À época também viviam na vila quatro estrangeiros (0,040% da população total).

A leitura dos dados demográficos revela uma miscigenação entre índios e brancos bastante significativa (14,5%), embora não encontremos mais índios nos dados do recenseamento, o que nos leva a concluir que estes já haviam desaparecido completamente da região. Vítimas da expropriação de suas terras, os que restaram foram diluídos pela mestiçagem.

Entre os negros e brancos também é notável a miscigenação, resultando, daí, uma quantidade significativa de pardos e pretos livres.

Os escravos negros respondiam por apenas 7,5% da população (Gráfico I).

Em 1891, de acordo com o recenseamento concluído nesse ano, a população do município era de 11.609 habitantes, sendo 5.769 homens e 5.840 mulheres. Observa-se nesses dados um relativo equilíbrio entre homens e mulheres.

1.3. Estado Civil da População

De acordo com o recenseamento de 1872, a maior parte da população constituía-se de pessoas solteiras 66%. Havia um percentual de 19,4% de pessoas casadas e 14,6% viúvas. É importante considerar que entre os escravos o número de solteiros era de 100%, o que indica que não havia interesse em estimular as uniões oficiais entre os cativos, o que não quer dizer que tais uniões não existissem. Esse dado ajuda a explicar tão alto número de pessoas solteiras.

Em relação à viuvez, o número de homens viúvos (53,6%) era maior que o número de viúvas (46,3%). Consideremos que o número de senhoras que morriam, ainda jovens, de parto ou das seqüelas deste, era bastante significativo. Tomemos como exemplo os casos colhidos nos registros do Jornal “O POVO” publicados entre os anos de 1889 e 1890.

“19 de julho de 1889.

D. Maria Teodora de Jesus (40 anos) – morte em consequência do parto do seu nono filho. (esposa do Tenente Tomás Lopes de A. Galvão).

31 de Agosto de 1890.

D. Paulina Laurentina de Araújo (24 anos) – primeiro parto. (esposa do Senhor Joaquim Martiniano Pereira).

29 de Novembro de 1890.

D. Brasília da Mota Medeiros (25 anos) – Septicemia conseqüente do parto do seu quinto filho. (esposa do Dr. Manuel Augusto de Medeiros)". (MEDEIROS FILHO, 1988, p. 139-142)

Percebe-se que as senhoras cujas famílias serviam-se do jornal para comunicar sua morte, agradecer condolências ou convidar para as cerimônias fúnebres eram pessoas das mais altas estirpes da cidade, não aparecendo, portanto, dados sobre as mulheres pobres ou escravas que também padeciam da mesma causa mortis e que, por sua condição social, não apareciam nos jornais. Considerando as suas condições de vida bem mais difíceis, é bem provável que o número de mortes fosse ainda maior.

1.4. Os Escravos

Na segunda metade do século XIX, a sociedade na Vila do Príncipe era composta de proprietários e não-proprietários de terras (comerciantes, moradores da vila, parceiros), homens livres possuidores de escravos. Estes apresentavam-se em número reduzido, já que a quantidade de escravos variava de acordo com as atividades a que se dedicavam os senhores. De acordo com MATTOS (1985, p. 116), no Seridó, entre 1859 e 1875, o número de cativos oscilava de uma a trinta e duas “peças” por proprietários. Os pecuaristas tinham menos escravos que os grandes proprietários agricultores. A grande maioria dos pequenos proprietários de terras possuía apenas um escravo.

De acordo com dados anteriormente citados, em 1855 a Vila do Príncipe contava com uma população cativa seis vezes menor que a de livres. Em 1888, o Seridó contava com apenas 132 escravos.

GRÁFICO I

População Livre e Escrava da Vila do Príncipe - 1872

Fonte: MATTOS, M. R. M. *Vila do Príncipe (1850 – 1890): Sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza*. Vitória, 1985, p. 40

1.5. Vida Econômica da Vila do Príncipe

De acordo com informações contidas no Jornal “O POVO”, havia na Vila uma grande diversidade de relações comerciais. A maior parte dos negócios ocorriam aos sábados na feira livre. No local hoje conhecido como Praça Senador Dinarte Mariz (Praça da Liberdade), havia um Mercado Público onde se realizava grande parte dos negócios e onde ficavam expostas as mercadorias mais procuradas por aqueles que se deslocavam dos sítios e fazendas localizadas no entorno da Vila. Na feira eram oferecidos produtos alimentícios como carne de sol, toucinho, açúcar, café, farinha, milho, feijão, como também aguardentes, peles de cabra e ovelhas, solas, cordas, arreios, utensílios domésticos, selas, etc...

A feira para os sertanejos era mais do que um dia de compras, era também um dia para a realização de encontros, de acertos de matrimônios, de acordos políticos e, para muitos, era quase uma festa.

Além do comércio realizado no Mercado Público, havia ainda algumas casas comerciais que negociavam tecidos, sapatos, perfumes, aviamentos, ferragens que aqui chegavam vindos de Recife.

Eram também oferecidos serviços de alfaiate, caldeireiro, tipógrafos, ferreiros, seleiros, por artesões locais que por volta de 1890 já se utilizavam do jornal para anunciar e oferecer os seus serviços.

Comprovamos ainda a existência de pessoas que intermediavam empréstimos e hipotecas com o Banco Emissor de Pernambuco, preparando toda a documentação necessária para a

obtenção do crédito para as pessoas da região. Observamos o anúncio abaixo, do jornal “O POVO” de 26 de julho de 1891.

"COMÉRCIO – BANCO EMISSOR DE PERNAMBUCO

Manuel Gonçalves de Medeiros Vale, competentemente habilitado, encarrega-se de preparar todos os documentos precisos para o levantamento de empréstimos, sob hipoteca de prédios urbanos e rurais, perante o Banco Emissor de Pernambuco, podendo para isto ser procurado em sua casa de residência à Praça do Mercado nesta cidade." (MEDEIROS FILHO, 1988, p. 91).

Manuel Gonçalves Vale era, provavelmente, o mais próspero comerciante da Vila. Em sua casa comercial era possível encontrar aviamentos, sapatos, roupas para homens, chapéus, acessórios como abotoaduras, vidros de água de cheiro, ferragens, óculos, pentes etc. Este próspero comerciante permitiu-se deixar um patrimônio considerável para sua família.

Nas páginas do jornal “O POVO” encontramos anúncios de casas comerciais de outros lojistas como o Senhor Bráz Cezarino.

"4 de Janeiro de 1890

LOJA DO BRAZ

Bráz Cezarino avisa a seus numerosos fregueses e ao respeitável público que acaba de chegar para seu antigo e conhecido estabelecimento um completo sortimento de fazendas, miudezas e perfumarias, chapéus de diversas qualidades, etc. queijo do reino, biscoitos, passas, figos, conservas, vinhos das melhores marcas, cerveja, genebra, etc. que vende por preços os mais vantajosos, tanto em grosso como a retalho." (MEDEIROS FILHO, 1988, p. 92).

Fazer compras na Vila não era a única opção. Havia os mascates que visitavam freqüentemente os sítios e fazendas oferecendo suas mercadorias. Um mascate ativo na

região foi o italiano Nicolau Xífoni que mais tarde tornou-se mercador de escravos e locador de terras.

1.6. Vida Social da Vila do Príncipe

A vida social da Vila era bastante limitada. As festas realizadas eram quase sempre religiosas, ocasião na qual as pessoas tinham a oportunidade de se encontrarem e se confraternizarem.

Fora as festas religiosas, acontecia mensalmente uma “soirée” no Clube Recreativo TERPSÍCORE e, vez por outra, havia “soirées” nas casas de famílias como atestam as notas contidas no jornal “O POVO”.

"29 de Julho de 1890

‘SOIRÉE’

Na noite de 23 do corrente o Dr. José de Sá reuniu em casa diversas famílias desta cidade, tendo proporcionado-lhes uma noite amena e de íntima familiaridade. Tanto S.S. como sua Exm^a Sr^a foram incansáveis em dispensar atenção e cordialidade aos convidados.

19 de Outubro de 1890

‘SARAU’

A noite de 15 deste foi uma noite cheia para a mocidade caicoense. O professor Manuel Augusto reuniu em sua casa diversas famílias, que se divertiram até as 2 horas da manhã do dia 16. Esteve animadíssimo o agradável passatempo que desejamos se reproduza sempre."

O jornal também fez referências aos bailes populares freqüentados por libertos que causavam incômodos ao “*sossego público*”, contra os quais pedia a interferência policial.

"16 de março de 1889

‘SOSSEGO PÚBLICO’

Pede-se às autoridades policiais que lancem suas vistas para uma súcia de peraltas que vive nesta cidade a bailar constantemente, incomodando o sossego público. Os bailantes e as bailarinas são na maior parte libertos, que não têm e não querem ocupação, e disto também vivem os outros que não são da classe dos libertos. Por esse pessoal é escusado dizer-se que a imoralidade é a nota predominante desse foco de perdição e prostituição. A polícia do Acari os persiga, ao menos nas noites dos dias santificados, para dormirmos tranqüilos." (MEDEIROS FILHOS, 1988, p. 101)

Às vezes chegavam à Vila circos com seus artistas e animais convidando o povo à diversão.

A reduzida vida social da Vila era palco da banda de música local que, composta de músicos amadores, abrilhantava todos os eventos cívicos, sociais e religiosos. Seu diretor à época era o Sr. Manuel Fernandes de Araújo Nóbrega.

1.7. Festas Religiosas

Além de estar associada à pecuária, a história da Vila do Príncipe aparece fortemente marcada pelas crenças religiosas que moviam os seus habitantes desde os primeiros colonizadores. Na Segunda metade do século XIX, a Vila do Príncipe sediava a Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana do Seridó e, de acordo com o jornal “O POVO”, eram celebradas diversas festas religiosas; entre elas, a mais importante era a de Sant’Ana que durava 10 dias, quando se realizavam novenas, missas, batismos, casamentos e se encerrava com uma grande procissão^x que percorria as ruas próximas à Catedral^{xi} (Figura IV). Outras festas religiosas como a Festa das Almas, a Festa do Rosário e a Festa de Nossa Senhora da Conceição, também bastante concorridas, eram realizadas na Vila anualmente e seguiam mais ou menos a mesma programação da Festa de Sant’Ana.

Essas festas tinham também um aspecto profano, embora as solenidades religiosas fossem mais valorizadas. Nessas ocasiões realizavam-se quermesses e leilões. A banda de música

tocava para embalar os festejos e a festa terminava sempre com a explosão de fogos de artifícios.

Figura IV – Procissão de Sant’Ana do Ano 1894
Fonte: Acervo de Joaquim Martiniano Neto

2. O Trabalho e os dias: as mulheres na Vila do Príncipe

“As mulheres são geralmente belas, de costumes puros, sinceras nas suas afeições e fiéis aos deveres da família e religião”. (Breve notícia sobre a Província do Rio G. do Norte, de Manuel Ferreira Nobre, 1877).

As mulheres sobre as quais nos debruçamos aqui não são de todo conhecidas, posto que encobertas com os pesados véus do poder masculino, numa sociedade fundamentada no patriarcalismo e profundamente estratificada entre homens e mulheres, ricos e pobres, escravos e senhores, brancos e negros. Hierarquias rígidas em que se reconhecia acima de tudo o homem fazendeiro, branco e por vezes instruído. Ser pobre, escravo e negro significava

ocupar o último degrau nessa esfera hierárquica. As mulheres ricas ou pobres, livres ou escravas, não importava a categoria social, a elas foram impostos certos comportamentos, atitudes, posturas, pensamentos e ações, pois o feminino ultrapassa a barreira das classes. Se ricas, eram damas, senhoras, donas, sinhás. Se pobres, eram trabalhadoras, guerreiras pela sobrevivência e existência, mas mulheres mesmo assim e envolvidas num emaranhado de imagens e discursos arquitetados para aprisioná-las, domá-las, fazê-las construir um modelo identitário que seria constantemente reelaborado e subjetivado garantindo a sua posição de subordinação.

Essa subordinação diferenciava-se em relação à condição social, mas não alterava a sua essência. Ser filha de fazendeiro ou comerciante, branca, herdeira de terras, gado, escravos e dinheiro, feita para o casamento e reprodução daquele modelo de sociedade ou ser pobre roceira, escrava e negra. Todas elas estavam marcadas no espírito e no corpo com os sinais da dominação, todas elas estavam sujeitas a códigos sociais preestabelecidos e cuidadosamente preservados para confiná-las em seus territórios, classificá-las e estereotipá-las. Essas mulheres eram circunscritas naquela sociedade com uma identidade expressa nos seus gestos, comportamentos, linguagens, sentimentos. Evidentemente não tratamos aqui das mulheres indígenas ainda não aculturadas, mas daquelas tocadas pelo colonialismo português, dando ênfase especial àquelas que habitavam os espaços voltados para a produção pecuarística.

A presença feminina não-nativa no sertão seridoense remonta a 1720, quando, de acordo com MEDEIROS FILHO (1981, p. 03), aqui chegaram as primeiras famílias para ocupar as fazendas de gado. Naquela época elas se apresentavam numericamente inferiores. À medida que se foi dando a ocupação do sertão, sua participação no conjunto da população foi aumentando significativamente, favorecida pela miscigenação ocorrida entre os homens brancos e as índias e negras, dando origem a uma significativa população de pardas e caboclas como podemos comprovar nos dados do Recenseamento de 1872 (Tabela III).

Tabela III – Distribuição da População por Sexo – Vila do Príncipe – 1872 (Em números absolutos e porcentagem)

COR	HOMENS						MULHERES					
	LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL		LIVRES		ESCRAVAS		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
BRANCOS	2690	27,3	-	-	2690	27,3	2663	27,1	-	-	2663	27,1
CABOCLOS	825	8,4	195	1,9	825	8,4	604	6,1	104	2,6	604	6,1
PARDOS	603	6,1	182		791	8,0	734	7,5	261		838	8,5
PRETOS		6,1			785	8,0	390	4,0			651	6,6

TOTAL	4714	47,9	377	3,8	5091	51,7	4391	44,7	365	3,6	4756	48,3
-------	------	------	-----	-----	------	------	------	------	-----	-----	------	------

Fonte: MATTOS, M. R. M. Vila do Príncipe (1850 – 1890): Sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza. Niterói, 1985, p. 33

Essa população feminina ocupava espaços diferenciados, embora interrelacionados. O seu cotidiano se entrelaçava: as senhoras da elite mantinham nas suas casas uma relativa proximidade com as mucamas, amas de leite, agregadas e outras serviçais (doceiras, costureiras, rezadeiras, lavadeiras), mas havia entre elas uma fronteira invisível e intransponível, demonstrada pela senhora com sua postura diferenciada e altiva, cuidadosamente elaborada e estrategicamente demonstrada através dos diferentes códigos sociais.

2.1 - Os Espaços da Mulher: A Cartografia do Domínio

As mulheres brancas eram preparadas para exercer o papel de esposa e mãe e seu espaço era restrito à casa, espaço privado familiar. Nesse ambiente ela deveria construir os alicerces que sustentavam todo o edifício familiar: educar a prole de acordo com os princípios cristãos, ensinando-lhes a rezar e as primeiras letras^{xii}, cuidar do sustento e da saúde física e espiritual, ajudar ao marido... A casa, vista por esse prisma, poderia parecer um espaço predominantemente feminino, matriarcal; no entanto, o poder principal era do pai, de direito e de fato. Nos seus espaços coexistiam lugares de representação masculina, onde só o pai ou outros homens da família desfrutavam, assim como também havia espaços exclusivamente femininos.

Tomemos como referência a descrição feita por FARIA de uma típica residência seridoense do século XIX:

"Construções de duas águas, alpendradas com duas salas na frente, uma chamada dos homens e outra das mulheres, onde viviam a mãe de família e suas filhas, ocupadas em trabalhos domésticos – rendas, bordados, costuras, etc. Na sala dos homens, chamada também de copiar, eram recebidos os hóspedes e tinham como mobília um canapé e algumas cadeiras forradas de couro. Aos hóspedes eram, porém, oferecidas redes para repousar, em vez de cadeiras. Da sala dos homens, ou copiar partia um corredor para a sala de jantar e desta para a cozinha, junto a qual havia uma pequena saleta, onde a dona da casa fazia os pratos que eram levados à sala de jantar. Nesta, nunca faziam refeições as mulheres, que eram servidas na pequena

saleta, vizinha à cozinha. Em muitas das casas de fazenda havia um ou dois quartos assoalhados para dormitório dos hóspedes ou rapazes solteiros." (1965, p. 15)

As casas da cidade eram em geral de duas águas e mediam entre 5 e 6 metros de frente, geminadas, tinham no máximo uma porta e uma janela devido à tradição portuguesa. Em frente às casas havia calçadas, chamadas de passeios onde os proprietários, seus familiares e amigos costumavam conversar ao cair da noite. No seu interior havia uma sala que também era dormitório dos rapazes e depósito de alimentos; um corredor; a alcova do dono da casa; o quarto das moças; uma cozinha e uma espécie de alpendre que funcionava como área de serviço seguido de um muro de cercas de pau a pique, extenso o suficiente para plantar bananeiras, limoeiros, ervas pra chás e guardar a lenha necessária para manter o fogão que quase nunca era apagado. Em algumas casas havia as comuas ou latrinas no fundo do quintal.

Devido ao uso das montarias, as calçadas eram altas o bastante para facilitar aos homens aprear-se dos cavalos. (MORAIS, 1999, p. 43 – 44).

O sobrado do Pe. Guerra, construído em 1811, fugia a esse padrão, ocupando um terreno de 22m², sendo considerado uma “*verdadeira revolução arquitetônica em Caicó*” (Idem, ibidem).

Próximo à Matriz situavam-se as casas das famílias de fazendeiros mais abastados. Essas residências mantinham-se quase sempre fechadas, visto que seus donos só as ocupavam nas ocasiões festivas, eleições e dias de feiras.

A casa era palco de inúmeras atividades domésticas, desenvolvidas pelas mulheres, quase sempre na chamada sala das mulheres, lugar mais movimentado da casa, onde a família reunia-se em torno do Oratório para “*tirar o terço*” diariamente, atividade dirigida pela mãe.

Ser mãe era, talvez, a principal razão da existência dessas mulheres numa sociedade que lhe “*negava qualquer tipo de sociabilidade intersexual e lhe impunha um violento processo normativo e adestrador que se havia iniciado no Brasil desde o período colonial*”^{xiii}.

Era na casa, no cuidado com os filhos, no trato com as escravas ou outros serviçais, na educação dos filhos e vigilância da honra das filhas que essas mulheres exerciam seu poder e contribuíam para reproduzir a ordem vigente assegurando a imagem para si construída de mãe e esposa.

2.2 - O Casamento

Para reproduzir esse papel criado para as mulheres era necessário que fossem preparadas desde cedo. Ainda crianças elas aprendiam com suas mães, na rotina familiar, todas as lições para “*casar bem*” e ser uma “*boa esposa e mãe*”. Sendo mães e esposas

"(...) às mulheres cabiam transmitir normas e valores que eram caros às instituições normativas daquela sociedade, principalmente a Igreja que se encarregou de construir o modelo da “boa e santa mãe” com o objetivo de valorizar o matrimônio, respaldado na legalização eclesiástica protegendo ao mesmo tempo a sociedade dos perigos que representavam as mulheres “erradas” não normatizadas, as concubinas, as mal procedidas” (Idem, ibidem).

Para desempenhar o seu papel social, as mulheres eram educadas de acordo com princípios rígidos e vigilância constante de suas mães. Até a disposição dos cômodos da casa zelava pela honra das moças. De acordo com MEDEIROS FILHO (1983, p. 55), o quarto das moças, chamado de camarinha, não possuía janelas e ficava sempre do lado do quarto do casal, chamado de alcova.^{xiv}

A preocupação com o casamento de suas filhas e a necessidade de fazê-las casar o mais cedo possível exigia que os pais “*arranjassem*” os casamentos. Estes garantiam a manutenção e solidificação de laços de amizade, de patrimônio familiar e a inter-relação de famílias poderosas, daí por que o casamento devia se dar com moços de boa família e algum recurso.

Ainda meninas começavam a confeccionar enxovais (que variavam de acordo com os recursos do pai) e a aprender com as mães como ter um comportamento manso e tolerante, solícito, para “*poder casar*”. Aprendiam a valorizar a vida matrimonial e faziam disso o seu projeto de vida. As mocinhas, cujo casamento não fosse logo acertado, muitas vezes angustiavam-se diante da possibilidade de não se casarem e ficarem no caritô.^{xv} Com a idade de 25 anos já seria muito difícil arranjar casamento e, como veremos adiante, a vida das solteironas não era fácil.

Tabela IV - Casamento por idade no Seridó – Século XIX

Homens		Mulheres	
Idade	(%)	Idade	(%)
15 a 20 anos	11%	15 a 20 anos	38%
21 a 26 anos	46,9%	21 a 26 anos	42,7%
27 a 32 anos	33,8%	27 a 32 anos	11%
33 a 50 anos	8,3%	33 a 50 anos	5,5%
		Acima de 44 anos	2,8%

Fonte: PEREIRA, G. de A. e ARAÚJO, Q. L. R. *Retratos de Casamentos – o perfil dos noivos no Seridó do final do século XIX*. Caicó: 2000. 55f. Monografia (Graduação em História). CERES - UFRN

Diante dos percentuais obtidos, percebemos que a “*idade de casar*” no Seridó também era, preferencialmente, em torno dos 25 anos, tanto para os homens como para as mulheres (Tabela IV).

É bem verdade que algumas mulheres resistiram às imposições familiares e romperam as amarras dos casamentos arranjados. Namoros não desejados pelos pais ensejaram muitos casos de “*raptos consentidos*”, em que a jovem fugia com o pretendente mediante uma promessa de casamento. FARIA assim descreve o procedimento nesses casos: “A fuga era combinada com antecedência por intermédio de uma mucama ou escrava da casa. A noiva era depositada em casa de um amigo da família, que também se encarregava de avisar ao seu pai. O casamento era aceito e realizado com brevidade na dita casa”. (1965, p. 59 – 60)

Nesses casos desprezavam-se as convenções e o casamento se realizava sem as pompas costumeiras dos casamentos das famílias abastadas, ocorrendo rapidamente para reparar a honra da moça e da família que poderia ficar comprometida caso o casamento não se realizasse.

Quando acontecia do raptor não casar, a moça ficava “*perdida*”, desonrada, e o rapaz seria considerado indigno, devendo sair da região ou seria sujeito às punições impostas pela sociedade e pela família da moça desonrada, cujo pai ou irmão mais velho tinha o dever de vingar a sua honra e limpar o nome da família com sangue.

Os casamentos dos filhos das famílias abastadas que se realizavam de acordo com os “*arranjos paternos*” raramente ocorriam nas Igrejas da freguesia, e sim nas fazendas, seguidos de festas que se estendiam por vários dias e reuniam a parentela, os amigos e os aliados das famílias dos nubentes. Essas festas, regadas a muita fartura, ocorriam em determinadas épocas do ano como outubro, novembro e dezembro, datas atribuídas, segundo a história oral, à venda dos produtos agropecuários que garantiriam os recursos para as festividades. (PEREIRA & ARAÚJO, 2000, p. 37).

Conservar a virgindade até o casamento era condição indispensável para as noivas. “*Moças da elite casavam debaixo dos cuidados, observações e recomendações de toda a sociedade entre os 15 e os 18 anos*” (FALCI, 1997, p. 255). O namoro e o noivado duravam pouco tempo e eram cuidadosamente vigiados para evitar qualquer intimidade entre os noivos que, muitas vezes, chegavam ao dia do casamento sem terem nenhum contato físico.

Em alguns casos, os noivos só se viam no dia acertado para o matrimônio.

Assim informa FARIA:

"Relatou-me uma velha senhora que seu pai justara seu casamento e o de sua irmã, sem que elas nada soubessem, com dois rapazes filhos de um seu velho amigo. No dia apazado quando os noivos, acompanhados do pai e de alguns amigos chegaram, ela e a irmã espiavam pelo buraco da fechadura da porta que dava para a sala, palpitando

cada uma, qual seria o seu prometido. Na hora do casamento o pai levou-as para o altar, colocando cada uma ao lado do noivo por ele determinado. E não obstante a falta de conhecimento prévio dos candidatos, haviam poucos desajustes, reinando entre os casais grande compreensão e solidariedade através da vida".(1965, p. 59)

2.3 - As roupas

As festas de casamento eram ocasiões especiais em que as mulheres aproveitavam para aparecer em público, uma vez que estas raramente se mostravam às pessoas estranhas. Sendo assim, vestiam-se com simplicidade:

"(...) vestidos de chita, sem casacos, exibindo camisas muito alvas e enfeitadas de belas rendas de almofada (...) Nas solenidades religiosas e civis trajavam vestidos de seda e xales custosos que eram trazidos da "praça" Recife (importados com muito atraso da Europa). Enfeitavam-se de jóias sendo rara a que não trazia ao pescoço um pesado crucifixo de ouro, preso a um trancelim. O rosário e o terço que levavam à Igreja era comumente, de Padre-Nossos de ouro (...) Estas jóias eram compradas a ambulantes que, anualmente percorriam as fazendas da região. Raras as senhoras que usavam chapéus, preferindo prender os cabelos enrodilhados em cocós e presos com marrafas – grandes pentes de tartaruga, encrustados de ouro – os "tapa-missas". Cabelos longos e bem tratados, eram distintos nas mulheres e só as viúvas ousavam cortá-los. (FARIA, 1965, p. 30).

Quotidianamente, tanto os homens quanto as mulheres mais abastadas usavam roupas simples, reservando as roupas mais luxuosas para as festas. De acordo com MEDEIROS FILHO (1983, p. 81), as roupas das mulheres que aparecem nos inventários eram: saias (seda, serafina, chita); peitilhos (ornato triangular que punham no busto sobre o vestido com a ponta entre os seios) de tecidos diversos; mantas (seda de peso e sarja); capotes (de chogueite bordado e espigilhado); vestimentas (com entranhados de seda, pano branco e chita). Os calçados eram chinelos rasos e de talão, confeccionados de cordovão e veado; sapatos de couro de veado, cabra e cordovão.

2.4 - A Casa e a Rua

A casa, desde os tempos da colonização, sempre foi um ambiente feminino.

"O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigas, o sobrado e a rua. E a maior luta foi a travada em torno da mulher por quem a rua ansiava, mas a quem o poder do pater família do sobrado procurou conservar o mais possível trancada na camarinha e entre as mulecas, como nos engenhos, sem que ela saísse nem para fazer compras. Só para as missas. Só nas quatro festas do ano e mesmo assim, dentro dos palanquins, mais tarde de carro fechado". (FREYRE, 1981, p. 34).

Guardadas as devidas proporções, podem-se identificar na fala de FREYRE muitas semelhanças com as mulheres do sertão seridoense: evidências de sua submissão, de sua clausura nos recônditos da casa paterna, a julgar pela disposição dos cômodos da casa especialmente projetada para guardar a honra das mulheres, protegê-las dos olhares de moços indesejáveis para genros. A preocupação em escolher maridos tornava difícil o problema do casamento, daí o grande número de matrimônios consangüíneos. Casamentos que iam fazendo das várias famílias da região quase uma só^{xvi}.

Os conventos eram uma alternativa para as moças que não casavam e que não desejavam ficar solteironas.

"Muitas mulheres iam para os conventos e recolhimentos por terem dado um 'mau passo'. Ali eram guardadas por toda a vida ou até que encontrasse um bom casamento que lhe permitisse voltar honradamente ao convívio social. Outras iam para o convento para fugir de casamentos não desejados ou ainda de maridos que as maltratavam fisicamente e dissipavam suas heranças. Eram também, até o século XIX, a única opção educacional para as mulheres". (NUNES, 1997, p. 488).

As moças que não arranjavam casamento e ficavam solteironas eram abusadas pela família tendo que viver quase como uma reclusa

"Em casa o tempo todo, meio governanta, meio parente pobre, tomando conta dos meninos (...), cosendo, cerzindo meia, enquanto as casadas e as moças casadouras iam às festas ou à Igreja. Nos dias de batizados ou aniversários, quase não aparecia às visitas: ficava pela cozinha, pela copa, pelos quartos ajudando a enfeitar os pratos,

a preparar os doces, a dar banho nos meninos, a vesti-los para a festa. Era ela também quem mais cuidava dos santos (...). Sua situação de dependência absoluta fazia dela a criatura mais obediente da casa". (FREYRE, 1981, p. 127).

Esse papel designado às mulheres de tudo aceitar, de se acomodar a uma situação de submissão, correspondia ao modelo "ideal" de mulher, à identidade que para elas foi construída e transmitida através de um discurso que permeava todos os aspectos de nossa cultura. Um bom exemplo disso era a literatura, com suas heroínas românticas, indecisas e dependentes, cujo objetivo último na vida era tão somente encontrar e "prender" um homem. Caso contrário suas vidas não teriam serventia. Não se concebia a vida de uma mulher, sobretudo da camada mais abastada, se não como dona de casa ou freira. Servir era a palavra de ordem. Servir ao marido, à família e a Deus como convinha aos ensinamentos da Igreja, uma das gestoras e mentoras dessa sociedade.

Aliada indispensável desse processo de construção da subjetividade feminina, a linguagem, mediadora e produtora do discurso, servia para revelar, manipular e até mesmo transformar as relações de poder construindo significados e práticas sociais. Ao codificar esses significados, a linguagem, através das próprias mulheres, contribuía para perpetuar as diferenças de poder entre homens e mulheres e ainda reforçava-as "naturalizando" a desigualdade. (ROCHA COUTINHO, 1998, p. 52 – 53).

Naquele momento histórico específico, a identidade feminina construída a partir de um discurso social homogeneizador visava atender às necessidades de uma sociedade sustentada por sistemas de apropriação desigual em que a mulher assumia uma imagem estereotipada cujos componentes eram a fragilidade, intuição, abnegação, docilidade, sensibilidade, elementos constitutivos da "natureza feminina".

Portanto, ao casar com quem ela não havia escolhido, enclausurar-se em casa ou em um convento, submeter-se às imposições e vigilância paternas, cobrir-se dos pés à cabeça, as mulheres iam fazendo a sua parte na tecitura da rede de micro-poderes daquela sociedade. Elas próprias exercendo-os na medida que detinham saberes específicos e manipulava-os a sua conveniência. Representavam o seu papel naquela trama social desincumbindo-se como era esperado, satisfazendo-se no seu papel de vítimas do poder masculino, mas também, subvertendo no cotidiano, através de micro-estratégias que inventavam, sua resistência, como veremos no capítulo seguinte.

3. As Mulheres Pobres, Escravas e Libertas

3.1 – Os Espaços

As mulheres pobres ocupavam majoritariamente a rua ocupando-se de atividades ligadas ao pequeno comércio (vender doces e quitutes); prestação de serviços (lavadeiras, passadeiras,

costureiras, tecelãs, bordadeiras e até mesmo prostitutas); atividades agrícolas (plantação e cuidado de pequenas hortas ou como mão-de-obra nos períodos de safras como apanhadeiras de feijão ou algodão)^{xvii}.

Essas mulheres em geral constituíam famílias que dependiam de seu trabalho. Como chefes de famílias que incluíam os filhos e agregados (avós, comadres, e até escravos), elas contavam com esses membros da família para auxiliar nas tarefas. *“Não estavam integradas nas instituições de poder: não eram assalariadas, não tinham propriedades, não gozavam de direitos civis nem tinham acesso à cidadania política. Nem por isso deixavam de ter a sua organização familiar e de sobrevivência e relações próprias de convívio comunitário”*. (DIAS, 1995, p. 52).

Os recenseamentos (contamos com os dados de 1872) indicam que 35% a 40% das mulheres assumiam o papel de provedoras do sustento de suas famílias: como chefes de fogos, declaravam viver de seu próprio trabalho. Ainda de acordo com o censo de 1872, o número de mulheres livres era superior ao de escravas e o número de brancas em relação ao de caboclas, pardas e pretas também era superior como atesta o Gráfico I.

No vaivém da rua predominava o ir e vir das escravas com o lixo das casas, ou das mucamas com os potes de barro na cabeça em direção às fontes de água (rios ou cacimbas); das lavadeiras com suas trouxas à cabeça carregando os filhos menores pelas mãos; das vendedoras que ofereciam seus produtos às janelas das casas.

Entre a casa e a rua, havia um desdobramento contínuo de dependências mútuas que tecia e enredava um no outro o domínio do privado e do público, de modo que o nexo orgânico senhora–escrava foi se diluindo com a urbanização no comércio local, a refletir a dependência de elos que uniam entre si, nas fímbrias das classes dominantes, mulheres livres empobrecidas, escravas e forras. (DIAS, 1995, p. 176).

Um forte preconceito envolvia o desempenho de atividades mais aviltantes. Sendo assim, havia uma certa diferenciação: dispor de lixo, carregar água das fontes, lavadeiras, cozinheiras, vendedoras ambulantes eram funções geralmente desincumbidas pelas negras ou mulatas forras; as brancas pobres eram, de preferência, quitandeiras, costureiras, roceiras.

Entre as libertas também observou-se essa diferença: as mulatas tendiam a se estabelecer por conta própria, ao passo que as negras continuavam agregadas ao serviço doméstico. Isso explica o número de famílias chefiadas por pardas e mulatas e o número de agregadas negras.

Observemos o processo-crime de 1876 envolvendo o Réu João Serafin de Maria, de trinta anos de idade, casado, natural da freguesia de Acari, que não sabia ler nem escrever, residente na Cidade do Príncipe, acusado de espancar a liberta Ignácia Maria da Conceição, solteira, residente na mesma cidade. No referido processo aparecem ainda a preta Rita, lavadeira, acusada de bater no filho do réu, incidente ocorrido na cacimba e as testemunhas Florentina da Conceição, de vinte e oito anos, casada, costureira, moradora desta cidade e a

escrava Jozefina de trinta e sete anos, solteira, natural de Pombal e também moradora desta cidade.

De acordo com a leitura dos autos percebe-se que havia uma confraternização no quarto de um escravo, na rua do comércio e, que lá, encontravam-se essas mulheres e o acusado, o que comprova a existência de laços que os uniam na pobreza e que, às vezes, explodiam em tensões inerentes àquela vida que associava pobreza, promiscuidade, desvalorização social produzindo as condições propícias para a explosão da violência de e contra a mulher que abordaremos no terceiro capítulo desta pesquisa.

Muitas libertas adquiriam a liberdade sob a condição de permanecerem prestando serviços a seus antigos donos ou aos herdeiros destes. Eram, portanto, alforrias condicionais em que, às vezes, ao final de suas vidas, recebiam pequenas quantias que lhes permitiam comprar ou construir um casebre onde se instalavam como chefes de famílias, *“num longo e penoso ciclo que não as libertava do status de mulheres muito pobres, no desemprego estrutural que as mantinha na cidade”*. (DIAS, 1995, p. 178).

As cartas de alforrias condicionais somam 45 no Seridó. Entre elas destacamos a da escrava Maria, de 30 anos, que pagou 100 \$ 000 rs pela sua liberdade, em 25/11/1853, e teve como condição ter filhos escravos até a morte do seu senhor. Já a carta de alforria da escrava Ana, de 55 anos, assinada em 06/03/1856 tem como cláusula condicional que reza que *“pelos bons serviços e por achaques e moléstias que ela padece, recebendo em paga uns humildes bens que ela possui, perdoando-lhe pelo amor de Deus o resto que poderia valer, ficando ela obrigada a servir-me enquanto eu for viva”*^{xviii}.

3.2 – Da Organização Domiciliar e do Trabalho

A organização nas casas de mulheres só apresentava algumas peculiaridades sugestivas do modo como elas organizavam sua sobrevivência e reveladoras das tensões sociais agudas em meio à pobreza em que viviam. Era comum a existência de dependentes adultos, principalmente filhas que, na maioria das vezes, também já tinham filhos pequenos. Tinham uma forma de organização própria que atrelava o grupo por meio da autoridade da chefe mais velha, avó ou mãe, aos laços de vizinhança na base das quais se improvisava o ganha-pão, descontínuo e incerto. Era o modo de manter, precariamente, na instabilidade das uniões de uso costumeiro, que se sucediam alternadamente, um mínimo de segurança e continuidade do grupo familiar e certa disciplina de valores.

Nas famílias brancas de origens humildes cabia à mãe-chefe vigiar e salvaguardar os seus filhos das relações com *“gente de cor”*. Esse cuidado era parte integrante e essencial de sua organização de sobrevivência. Uma das formas de salvar suas filhas daquele ambiente de pobreza e desvalorização social era *“dá-las para criar”* a parentes ou comadres mais remediadas, costume bastante difundido. Essa prática derivava do índice elevado de filhos ilegítimos e recaía preferencialmente sobre as meninas pré-adolescentes, cujas mães imaginavam ser mais fácil arranjar-lhes um *“bom casamento”* retirando-as do seu convívio familiar e enviando-as para viver com suas madrinhas ou parentes na condição de agregadas da casa desincumbindo-se das tarefas domésticas de onde só saíam casadas.

Era muito comum, no Seridó, a presença nas residências urbanas daquelas “mocinhas” que vinham “ajudar” suas madrinhas ou protetoras, exercendo o papel de doméstica sem salário, até arranjarem um casamento, ou no caso de não casarem, ficavam o resto de suas vidas criando as gerações da família.

Entre as famílias humildes cultivavam-se relações próprias de sobrevivência e solidariedade naquele convívio diário com a pobreza que suscitava o auxílio mútuo, mas também deixava a vida privada dessas pessoas muito vulneráveis. Sua existência era devassada diariamente nos ambientes públicos que freqüentavam. Um lugar onde isso se verificava eram os lavadouros onde as mulheres passavam muitas horas do dia juntas, acompanhadas de seus filhos pequenos auxiliando-as nas tarefas de lavar, bater, estender, recolher a roupa.

"Ponto alto da sociabilidade feminina (...). Lugar ambivalente, rico de incidentes entre as próprias mulheres, cuja violência muitas vezes toma livre curso, para o escândalo daqueles que, em nome da respeitabilidade, recusam às mulheres o direito à raiva, aos gritos, à briga; lugar de conflito, igualmente, entre as mulheres e o poder que se irrita com essas explosões e ainda mais com o tempo perdido das mulheres". (PERROT, 1992, p. 202).

As margens dos rios, onde as mulheres lavavam as roupas, eram mais do que isso para elas. Eram um centro de encontros onde se podia saber das novidades, obter receitas de remédios caseiros, exercer a assistência mútua (consolar aquelas que “perderam” o homem, dividir os alimentos, solidarizar-se com a perda de parentes etc.). Ali as mulheres se encontravam várias vezes por semana e fortaleciam os laços de amizade e companheirismo, unidas pela mesma pobreza e desesperança.

Esses lavadouros também eram palco de atritos que podiam ter as mais diferentes motivações (desde a posse de um lugar privilegiado para acomodar as roupas até disputas pelo mesmo homem). Esses atritos revelavam as tensões que permeavam as relações entre essas mulheres.

A cacimba sendo um lugar público, onde as pessoas se encontravam para pegar água (homens, mulheres, crianças, libertos e escravos), era ali também que, às vezes, testemunhavam-se incidentes que se desencadeavam em delitos. Através da leitura de um processo-crime de 1874 envolvendo o réu João Serafin de Maria, morador da Cidade do Príncipe, acusado de espancar a liberta Ignácia, é possível vislumbrar nas palavras da testemunha Florentina da Conceição, de 28 anos, casada, moradora da mesma cidade, costureira, alguns elementos do cotidiano daquelas mulheres.

O crime ocorreu tarde da noite, mas a testemunha revela que presenciara uma discussão entre a vítima e o acusado pela manhã na cacimba. Eis o que diz a testemunha:

"(...) que nesse mesmo dia pela manhã Serafin brigava com Rita na Cacimba, resultando desta briga ter dado em Rita Serafin e este apanhado daquela; isso mesmo soube por lhe contar Rita e a preta Maria nova tão bem contou lhe a mesma história, acrescentando apenas que Rita rasgara a camisa de João Serafin em bandas (...) e vós publica, que João Serafin fora o autor das pancadas dadas, em Ignácia, e que esta só se queixa dele (...).^{xix}

Esse testemunho reforça a tese de que os lavadouros eram um *"lugar ambivalente, rico de incidentes"*^{xx} e também nos faz entrever uma relativa sociabilidade entre as mulheres casadas e livres (a testemunha Florentina) e libertas e solteiras (Rita e Ignácia).

Mesmo diferentes, postos que por ser casada e livre a testemunha era mais *"respeitável"*, elas mantinham uma certa solidariedade.

Um outro processo-crime de 1886 trata de um caso envolvendo dois menores: o réu Odilon Acurso d'Ávila Oliveira, filho de Pedro Antônio de Oliveira, naturais da Cidade do Príncipe e a vítima, o garoto Lúcio, escravo pertencente ao Tenente Coronel José Bernardo de Medeiros. O réu é acusado de ter dado um tiro de raspão na vítima que se encontrava na cacimba. O razoável número de testemunhas do caso comprova ser o lugar bastante movimentado. Ali se encontravam carregadores, e outros. Vejamos a fala da testemunha Francisca Maria da Conceição, de dezoito anos de idade, solteira, natural de Catolé e moradora nesta cidade, lavadeira: *"...estava dentro da Cacimba tirando agoa(...), quando ouviu ? tiro, e que as pessoas, que estavam ali, disserão lhe que tinha sido o reo quem o tinha dado no offendido.."*

A cacimba, abastecedora de água para consumo público, lavagens de roupas, bebedouro para animais e outros, de acordo com as fontes, localizava-se no leito do rio Seridó e não distava muito do centro da Vila, daí por que era tão freqüentada.

No espaço exíguo de seu cotidiano, as mulheres pobres rejeitavam a clausura e as reservas do poder masculino. Através da rotina do trabalho doméstico e dos gestos do cotidiano, elaboravam estratégias que alargavam sua sociabilidade. Assim, desenvolviam muitas de suas atividades diárias à porta da casa ou no alpendre às vistas de quem por ali passasse. Por vezes, cozinhavam ao ar livre, catavam piolhos nos filhos aproveitando o momento para trocar informações com outras pessoas. Costuravam, cerziam, bordavam, faziam bilros enquanto conversavam nos quintais de suas casas, por vezes minúsculas e desconfortáveis.

Integrantes de uma sociedade hierarquizada e escravista, as mulheres reproduziam os seus preconceitos. Assim, as brancas pobres preservavam-se no convívio da vizinhança mantendo uma distância cordial dos seus vizinhos de cor, principalmente para se resguardarem de uniões indesejadas que maculassem a pureza de seus laços de sangue e de família. A esse respeito havia um repertório de dizeres e provérbios populares^{xxi} que colaboravam para disseminar no imaginário popular a idéia pseudocientífica, em voga na época, da superioridade racial e garantir que não houvesse uniões inter-raciais.

A miscigenação abundante na região, no entanto, indica que, apesar dos *"cuidados"*, não foi possível evitar as uniões entre brancos com negras e mulatas. As fontes consultadas indicam que essa miscigenação se dava geralmente a partir de *"uniões"* entre as negras escravas ou

forras com seus senhores brancos, costume verificado em todo o Brasil, o que colaborava para aumentar consideravelmente o número de pardos e mulatos (31,1% do total da população da Vila do Príncipe em 1872). As uniões entre as mulheres brancas com negros e mulatos eram raras, mas quando havia, envolviam principalmente as mulheres pobres.

3.3 – Casamentos

Entre as mulheres pobres, os concubinatos eram mais freqüentes do que os casamentos formais. Tal situação deve-se às dificuldades para a realização destes: caros e dispendiosos eles quase não tinham sentido na vida cotidiana da maioria de escravos e libertos. Também eram comuns as situações de concubinatos envolvendo homens já casados com mulheres viúvas ou solteiras.

"As mulheres jovens, sem status ou sem bens que não haviam conseguido casamento numa terra de mercado matrimonial estreito, encontravam num homem mais velho, mesmo sendo casado, o amparo financeiro e social de que precisavam. (...). É certo que a sociedade exigia dela comportamentos adequados, comedidos, deveria ser *"conhecedora de seu lugar"*, bem distinto da posição social ocupada pela esposa legítima; porém, a mesma sociedade lhe dava, de volta, um certo respeito, principalmente se daquela união existissem filhos". (FALCI, 1997, p. 269).

A despeito dessa freqüência de concubinatos, os casamentos formais envolvendo mulheres pobres existiam (em menor número que das ricas), mas em geral não eram *"acertados"* entre famílias e nem envolviam dotes. Os homens sertanejos muito cedo procuravam uma companheira. As festas de gado, os bailes e as festas religiosas eram as ocasiões anuais, quase únicas, dos encontros e rápidos casamentos; mas, para isso, o pretendente tinha que preencher alguns requisitos: *"matuto"* só casava quando tinha uma roupa domingueira, um cavalo para começo de vida e uma modesta casinha. Pedir a mão da moça antes disso seria receber um não na certa (FALCI, 1997, p. 263).

Para os pais, casar as filhas era desincumbir-se de um fardo e a certeza de tê-las livrado da mancebia, do concubinato.

Quanto à população escrava dificilmente casava-se formalmente. O censo de 1872 comprova essa realidade (Gráfico II).

Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó.

V. 03. N. 05, abr./mai. de 2002 – Semestral

ISSN -1518-3394

Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme

GRÁFICO II - Estado Civil da População Livre e Escrava na Vila do Príncipe – 1872

Fonte: MATTOS, M. R. M. *Vila do Príncipe (1850 – 1890): Sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza*. Vitória, 1985, p.

A ausência de casamentos legítimos, para muitos casais, não significava dizer que não houvessem constituído laços sociais familiares e companheiros(as) estáveis, relações afetivas duradouras ou mesmo temporários.

As escravas, como propriedade de seus senhores, deviam prestar-lhes favores sexuais se eles exigissem. Esse costume foi responsável pelo grande número de filhos naturais, mestiços, ilegítimos. As uniões entre escravas e senhores nem sempre eram passageiras. Às vezes, mantinham-se por toda uma vida. Essas relações eram mantidas, quase sempre, em sigilo, e os filhos eram tidos como naturais, de pais desconhecidos.

Em alguns casos, o senhor, já no leito da morte, reconhecia a existência desses filhos, deixando-lhes algum bem em testamento ou mesmo libertando-os do cativoiro.

4. Mulheres Insubmissas

4.1. Subordinação e Resistência

As mulheres abordadas nesta pesquisa, observadas superficialmente, transmitem a falsa impressão de que estavam devidamente acomodadas aos papéis a elas destinados. Ou seja: as brancas e ricas conformadas com sua condição de esposa, mãe da prole legítima, submissas, responsáveis pela supervisão da casa, dos trabalhos domésticos dos escravos, do cuidado com as crianças. Essas mulheres tudo aceitavam, afinal tinham sido educadas para serem recatadas e submissas, fechavam os olhos até para os casos amorosos de seus maridos com as mucamas da casa e, em alguns casos, estendiam a sua proteção à prole ilegítima de seus companheiros.

Se nos desvencilharmos dessas imagens e estereótipos e rastreamos essas mulheres com outros olhos nos depararemos com situações que desfazem essa imagem de excessiva subserviência das mulheres da sociedade patriarcal construída a partir de inúmeras obras historiográficas sociológicas e antropológicas de escritores como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e outros. Defrontar-nos-emos com situações que revelam a insubmissão das mulheres refletidas nas suas ações cotidianas para subverterem o jogo do poder e tirar proveito de sua “fraqueza”. Para se insurgirem, utilizavam as armas da chantagem, da manipulação, da histeria, ampliando assim o seu poder e sua “liberdade” na família.

A existência das mulheres de elite, por ter estado envolta na clausura de suas casas, não nos fornece muitos subsídios para observarmos sua insubordinação à ordem vigente, a não ser através dessas ações que se descortinavam no interior de suas moradias. Estão presentes nos seus diários íntimos e nos testemunhos de pessoas que partilharam da sua convivência fontes que as limitações dessa pesquisa não puderam alcançar.

Podemos, no entanto, assegurar que uma das formas mais comuns em que a insubmissão das mulheres dessa esfera social se apresentava era através da recusa ao casamento. Casar-se com o pretendente “arranjado” pelo pai nem sempre correspondia ao desejado. Os “raptos de moças” verificados na região, a qual a Comarca do Príncipe abrangia, no período abordado por esta pesquisa, deixa-nos entrever um tênue sinal de rebeldia, embora fugir da dominação do pai ou tutor para casar com o seu escolhido não as livrasse do poder masculino.

A crônica policial do Jornal “O POVO” que circulava na Cidade do Príncipe em 24 de Agosto de 1890 traz a seguinte nota:

"RAPTO

Está raptada desde 16 do mês passado e depositada em casa do Major Salviano Batista uma moça de 14 anos, órfã. Foi raptor um alugado do mesmo major, segundo informam. O tutor da menor que é seu tio, não consentindo no casamento, por que o rapaz não lhe merece a sobrinha, requereu ao juiz de órfãos Dr. José de Sá, que lhe a mandasse entregar. O juiz depois de muito cogitar, escreveu no requerimento – indeferido – e por isso ficou a moça no depósito, sem se efetuar o casamento. Agora, o

major Salviano ameaça o tutor de o demitir (!) para nomear outro e fazer-se o casamento". (MEDEIROS FILHOS, 1988, p. 82)

É certo que o fato de as moças recusarem os noivos escolhidos por seus pais ou tutores não constituía numa negação completa à dominação masculina. O relato do Jornal “O POVO” sobre esse rapto não enfatiza a atitude da moça, mas sim a do rapaz que, sob a proteção de um oficial da Guarda Nacional, desafiou a autoridade do tutor da moça. Fugir da autoridade paterna ou da tutela de um tio ou padrinho não a livraria da condição “servil” que a sociedade lhe reservava, no entanto denota a burla de determinados padrões do domínio masculino.

Rejeitar o casamento para seguir carreira religiosa também se constituía numa possibilidade de vida autônoma, livre dos rigores da família e da sociedade, inclusive permitindo o exercício do poder. Ao que parece, não foram muitas as mulheres seridoenses a enveredar por esse caminho. Talvez pese a inexistência de conventos em áreas próximas a essa região.

Para visualizarmos a rebeldia feminina na sua forma mais intensa, resta-nos apelar para as ações judiciais, os documentos policiais, os processos-crimes envolvendo mulheres nesse período. Eles são ricos em registros de incidentes dos quais emerge a face rebelde das mulheres que não aparece em outros documentos. Tais registros também trazem a marca do preconceito contra as mulheres, a começar pelas autoridades que conduziam os inquéritos. Como homens de uma época em que às mulheres era negado o direito mais elementar à prática da cidadania – o voto – não seria estranho se a segregação fosse igual ou maior, em outros espaços sociais. Nesses documentos as mulheres das camadas dominantes da sociedade quase não aparecem. Suas vidas eram restritas à esfera privada, “claramente delimitada, (...) uma zona de imunidade oferecida ao recolhimento”^{*xxii}.

Em compensação, tais documentos constituem-se numa fonte privilegiada de acesso ao universo feminino dos segmentos populares, inclusive, através de seus próprios depoimentos, que vão nos aproximando do seu cotidiano, de suas táticas de sobrevivência, crenças, aspirações, conflitos, solidariedades entre familiares, amigos, vizinhos; as expectativas e exigências quanto ao relacionamento afetivo e às regras que nortearam sua existência e conformavam sua cultura (SOIHET, 1997, p. 364).

As mulheres pobres, como já foi dito no capítulo anterior, dependiam da rua para sua sobrevivência. Era na rua que elas trabalhavam, movimentavam-se num espaço que simbolizava as tentações, o pecado. A rua, a praça, a cacimba e o mercado eram espaços de lazer onde homens e mulheres pobres circulavam e se reuniam para conversarem, trabalharem e se divertirem. Eram também cenários para a maioria dos conflitos. Essas mulheres eram, em grande parte, chefes de famílias e sua permanência e liberdade de locomoção nesses locais públicos era vital para que improvisassem papéis informais e formassem laços de sociabilidade. Dadas as características específicas das mulheres pobres, oriundas de sua participação no “*mundo do trabalho*”, estas não se encaixavam naquele modelo universal do sexo frágil: não eram dóceis, nem submissas, muito menos frágeis e delicadas.

Trabalhavam muito e, em sua maioria, não eram formalmente casadas, brigavam na rua, tinham uma linguagem “*grosseira*” e uma maneira própria de pensar e de viver; eram menos

inibidas, tinham mais iniciativas nas decisões e, portanto, não correspondiam aos estereótipos atribuídos às mulheres mais abastadas de sua época.

Em relação ao trabalho, eram mantidas numa posição subalterna e, em muitos casos, arcavam com toda a subsistência da família, mas as concepções relativas a sua inferioridade não permitiam que elas fossem vistas e respeitadas como tal. Pelos seus serviços de lavadeira, engomadeira, costureira, doceira, e outras recebiam salários aviltantes, pois persistia na ideologia dominante a famigerada idéia de que a mulher “*trabalha só para seus botões*” e, portanto, seu trabalho tinha pouco valor. (SOIHET, 1997, p. 367).

Ainda devemos acrescentar que, apesar de fazer parte de um mundo diferente, sobre essas mulheres pesava o ideário das mulheres das camadas dominantes da sociedade como a aspiração a um casamento formal e a proteção de um homem. Dada a sua condição de “*independência*” muitas vezes reagiam ao predomínio masculino, mas terminavam se enquadrando de uma forma ou de outra a esse campo gravitacional da sociedade. Afinal, elas eram mulheres. E era assim que a sociedade as via.

Nesse emaranhado de contradições forjaram-se os elementos que imprimiram nas mulheres pobres as marcas da insubmissão, da rebeldia. Como lidar com dois modelos incompatíveis de ser mulher? Como se submeter a homens que não lhes sustentavam? Como se defender das pancadas da vida sem ser grosseiras, briganas, atrevidas? Como apanhar sem bater?

Através da análise de alguns processos-crimes disponíveis no Laboratório de Documentação (LABORDOC) do CERES – Campus de Caicó, tentaremos demonstrar a insubmissão das mulheres das camadas populares que viveram na Vila/Cidade do Príncipe na Segunda metade do século XIX, através dos crimes por e contra elas praticados. Também tentaremos identificar os mecanismos usados pelas autoridades para puni-las e a seus agressores.

4.1. Mecanismos de Insubordinação

Dadas suas condições de sobrevivência, as mulheres pobres eram mais propensas à insubmissão do que as ricas. Estavam livres das amarras do casamento formal^{xxiii} e, portanto, mais “*soltas*” do ponto de vista sexual. Em compensação não contavam com a “*proteção*” de um homem e, assim, expunham-se mais à exploração sexual. Suas relações amorosas desenvolviam-se de acordo com um padrão de moralidade não condizente com o imposto pela sociedade patriarcal e por isso eram desvalorizadas socialmente, visto que não contavam com o invólucro do casamento. Ser casada credenciava-as a serem merecedoras de respeito e certos comportamentos não lhes era permitido. Por exemplo, em alguns inquéritos policiais, as testemunhas ao se referirem, diante da autoridade policial, a uma mulher envolvida em discussão injuriosa, sempre frisavam a sua condição de ser ou não casada. A condição de casada por si só pressupunha um comportamento irrepreensível. Nos processos-crimes analisados para esta pesquisa não aparece nenhuma mulher casada na condição de ré, mas aparecem como testemunhas ou como vítimas.

Algumas mulheres envolviam-se em conflitos com outras, que geravam desordens, violências e chegavam a envolver outras pessoas, as vezes com conseqüências graves. É o caso da ré Maria Raquel da Conceição, vinte e cinco anos, solteira, natural de São José do Mipibu,

morando temporariamente na Cidade do Príncipe que se envolveu numa briga com a vítima Maria Paulina da Conceição, de vinte e cinco anos, solteira, costureira, natural da Povoação São João da Comarca do Príncipe, pejada de 7 meses. A briga, com luta corporal, teve como conseqüência o aborto da vítima Maria Paulina que, depois de nove dias, segundo consta nos autos, deu à luz a duas crianças: uma nascida morta do sexo feminino e outra nascida viva do sexo masculino, que também faleceu horas depois. A vítima alegou que a acusada a teria machucado e provocado o aborto ao que a ré defendeu-se afirmando não ter sido responsável pelo aborto, porque este teria se dado em conseqüência de um tombo sofrido pela vítima horas depois da briga. As testemunhas confirmaram ter visto a briga, mas não confirmaram as agressões que resultaram no aborto. No final do processo, o juiz alegou não ter provas conclusivas e julgou o caso improcedente. A mesma Maria Paulina aparece envolvida em outro caso semelhante. Uma briga de rua com outra mulher de nome Maria Cândida Ferreira da Silva, de idade ignorada, solteira. Curiosamente, a briga tem os mesmos ingredientes do processo anterior: insultos, injúrias, calúnias, bofetadas. Nesse caso a briga se dá em frente à residência do juiz e é o próprio a apartar as desordeiras. Entre as testemunhas arroladas, uma chama a atenção: É Florentina da Conceição, 28 anos, casada, costureira, que diz ter ouvido o barulho, as ofensas trocadas, uma vez que o incidente se deu no “*oitão de sua casa*”, um beco por onde todos transitavam, mas que não viu o ocorrido, pois por “*ser mulher casada não devia se envolver em conflitos de mulheres livres*”. Esse depoimento ratifica aquilo que já foi dito anteriormente sobre o valor de ser casada, que conferia certa diferenciação entre as mulheres pobres cujo único bem era uma certidão de casamento.

Um detalhe que salta aos olhos quando se trata de brigas entre as mulheres era a abundância de insultos verbais. Por comprometer muitas vezes a honra e a dignidade e desqualificar a insultada, tais insultos ensejavam pendengas que iam parar na justiça. Eram consideradas mais graves quando atingiam a decência de mulheres casadas, obrigando o(a) acusado(a) a se retratar na forma da lei.

Casos envolvendo mulheres que discutiam sua honestidade nas vias públicas tornavam-se mais graves quando o marido da ofendida resolvia ser cúmplice da briga e partir para a agressão física. É o caso do réu Inácio Ferreira dos Santos, casado, agricultor, residente na Cidade do Príncipe que em processo-crime de 1890 é acusado de agredir a vítima Maria Rosa da Conceição, moradora da Rua da Cadeia, em sua própria casa com murros e bofetadas. A razão alegada era que a vítima teria ofendido verbalmente sua esposa e filhos em uma discussão.

Maledicências e calúnias, por vezes, geravam situações desagradáveis que faziam medrar a violência. As mulheres pobres e sem maridos para defendê-las costumavam enfrentar sozinhas os responsáveis pelas calúnias. Bate-boca, troca de insultos, ofensas, agressões mútuas resumiam o caso.

Quando a maledicência atingia uma mulher mais abastada, o desfecho podia ser mais dramático e até trágico. Vejamos o processo envolvendo Silvina Maria de Jesus, 29 anos, solteira, natural da Freguesia do Príncipe, costureira e a acusada Izabel Francisca de Jesus, ambas moradoras do Sítio Caridade.

Segundo a fala de uma testemunha, Silvina foi espancada por dois homens vestidos em traje de mulher, máscara de couro de maracajá e alpargatas de couro de ovelha. O motivo do espancamento, segundo supõe a mesma testemunha, foi que “*Silvina dissera a um comboeiro que não bebesse água daquele açude, porque Izabel, dona do açude costumava banhar-se nele para os homens lhe quererem bem*”^{*xxiv} pelo que consta no processo, através da fala de algumas testemunhas, a ofendida Izabel encarregou os seus genros Francisco Severo de

Sales e Antônio da Silva Pereira, para exemplarem a faladeira Silvina que foi violentamente espancada. De acordo com o Auto de Corpo de Delito *“houve ferimento e ofensa física não mortal produzidos com cacetes”*.^{xxv}

Izabel, sendo uma mulher de posses, reagiu aos comentários maldosos da infeliz Silvina sem se expor diretamente, sem desfechar contra Silvina insultos públicos. Preferiu arquitetar sua vingança usando de subterfúgios e valendo-se da proteção dos homens da família que agiram sob suas ordens para vingar a sua reputação. Silvina, pobre, solteira, ao que parece, não tinha homens para lhe defender, pagou caro pela sua *“língua solta”*.

Percebe-se nesse caso que a forma encontrada por Izabel para defender-se das calúnias reflete a condição das mulheres de sua classe, eternamente na sombra dos homens. Embora capaz de urdir estratégias para vingar-se de Silvina, ela serviu-se dos genros para executar a tarefa.

Reações violentas em que mulheres agrediam outras atentando contra suas vidas eram mais comuns quando o motivo era ciúme. A mentalidade vigente na época era a de que o homem por ter uma *“sexualidade excessivamente exigente”* era incapaz de ser fiel e, portanto, as mulheres tinham o dever de compreender tal *“fraqueza”* (SOIHET, 1997, p. 384). Na prática, as mulheres, não podendo exigir a fidelidade de seus homens, canalizavam a sua revolta para as rivais. A crônica policial de 23 de novembro de 1889 do jornal *“O POVO”* relata o caso de *“Maria da Penha, 60 anos, tomando-se de ciúmes tentara contra a existência de Canuta, de 50 anos por causa de um jovem de 70 janeiros! (...) Canuta tomou foice no alto da cabeça, e ficou banhada em sangue. Apresentando-se ao Delegado de Polícia em exercício, este mandou-a que fosse lavar a cabeça com cachaça.”*^{xxvi}

A nota no jornal não esclareceu se a acusada Maria da Penha era ou não casada com o pivô do conflito, mas deixa claro que a violência sofrida por Canuta se deu em consequência de ciúmes. Importa destacar o descaso demonstrado pelo Delegado, apenas recomendando um lenitivo para o ferimento, o que nos leva a crer que tal ocorrência fosse comum e indigno de maior atenção do poder público, o que com certeza não aconteceria se os envolvidos na briga fossem homens, porque nesse caso, o acusado teria todo o direito de limpar sua honra com sangue, com a complacência de toda a sociedade. Sendo as envolvidas mulheres ciumentas, então o caso se banalizaria.

O jornalista parece preocupar-se unicamente em ironizar a idade dos envolvidos. Parece que, só por isso, eles viraram notícia.

4.2. Mulheres Insubmissas: Vítimas da Violência dos Homens

Dos processos-crimes analisados para esta pesquisa, no período de 1874 a 1897, o número de mulheres vítimas da violência dos homens é bastante significativo e sugere que na Cidade do Príncipe não era diferente das demais regiões do Brasil no mesmo período. SOIHET ao fazer uma análise da violência sofrida pelas mulheres no Brasil urbano na mesma época constata

que a instauração da ordem burguesa respaldada na ciência, exigindo a organização da família e de uma classe dirigente sólida de um lado e a disciplinarização das camadas populares de outro ajudam a entender o contexto em que tal quadro se insere. *“Especificamente sobre as mulheres recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento social e familiar desejado, que lhes garantisse apropriada inserção na nova ordem, considerando-se que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos”* (1997, p. 362).

As famílias pobres em sua maioria organizavam-se sob múltiplas formas. Muitas eram chefiadas por mulheres sós e outras tantas, embora tivessem um chefe, eram providas pelas mulheres com seus ganhos, dado o desemprego de seus companheiros. Estes por não poderem assumir o papel de mantenedor e dominador da família, previsto pela ideologia dominante e sem poder exercer o poder irrestrito sobre suas companheiras que resistiam e ficavam mais propensas à violência que era uma demonstração de fraqueza, insegurança e impotência. Desprovidos de poder e autoridade no espaço público, era vital que eles exercessem o poder no espaço privado sobre a mulher e filhos. Qualquer resistência desencadeava reações violentas, pois perdiam os substitutos compensatórios para sua falta de poder no espaço mais amplo.

Em processo de 1884, Francisco Vieira Cidra, 31 anos, solteiro, jornalista é acusado de espancar a sua companheira Teodora Maria da Conceição, Costureira, solteira, moradora da Cidade do Príncipe. A vítima sofreu escoriações e ferimentos leves. No processo o réu é apontado pelas testemunhas como *“homem de maus instintos, dado a espancar mulheres meretrizes, sem que sofresse pena alguma”*. A vítima, no seu interrogatório, afirma ter sido *“agarrada pelos joelhos e espancada”*. O motivo alegado pela mesma foi que o acusado estava com ciúmes, o que demonstra a insegurança do macho dominador que, por não ter a certidão de casamento/posse para submeter a companheira, fazia-o através da violência. Espancando-a ele garantia a sua posição de domínio.

Caso semelhante foi o de Luzia Maria dos Santos espancada por Esmeraldo Rodolfo de Castilho com peias de cavalo. A vítima, nesse caso, além da surra, chegou a sofrer uma facada.

Encontramos processos que envolviam homens e mulheres que não tinham ligações amorosas e que a violência, ao que parece, era fruto da incapacidade dos homens de suportar ofensas verbais de mulheres, como o caso de Manoel Francisco Cardoso Filho e Ricarda Leopoldina da Conceição, ambos naturais dessa cidade, os quais se envolveram em uma briga, em 1885, da qual resultaram ferimentos leves, ofensas, injúrias e tentativa de homicídio. A vítima Ricarda, dirigia-se a uma Caeira de tijolos na Barra Nova, onde pretendia vender bolos e café quando encontrou o acusado que já tinha uma rixa antiga com ela. Ao chegar ao local, uma casa na dita localidade, depois de as pessoas da casa se dirigirem para o seu interior, o réu aproveitou-se para agredi-la.

Quando a mulher ocupava uma posição de mando dentro da família, e os homens mais jovens da casa se submetiam a elas, também se desencadeavam comportamentos violentos como o que se deu com o réu João Inácio Ferreira, solteiro, 30 anos, agricultor, que tentou matar a vítima, sua irmã Ana Maria de Jesus, natural da Freguesia do Príncipe, 45 anos, agricultora, casada. O crime foi motivado pelo fato de a vítima e acusado ocuparem a mesma propriedade deixada por herança de seus pais. O acusado alegou que alguns animais da vítima invadira os seus roçados. Por reclamar e não ser atendido por várias vezes, na última tinham tido uma alteração que resultou na tentativa de homicídio com uma faca. Percebe-se no processo, através da fala da vítima e do acusado uma tensão, resultado da vítima ser mais velha, exigir

respeito e submissão do acusado mais jovem e este, como uma tentativa de demonstrar sua autoridade, afinal era homem, agrade-a para mostrar de quem era o poder.

A desenvoltura das mulheres pobres, libertas, solteiras, “*donas de seus narizes*”, responsáveis pelo seu sustento e de seus filhos, desconsertava os homens, posto que estas não se intimidavam com as suas ameaças, não tomavam conhecimento de seu poder masculino e, às vezes, eram vítimas da violência, único recurso dos homens para subjugar-las.

A análise de um processo de 1876 envolvendo uma liberta, agredida por João Serafim, merece especial atenção, pois nos permite visualizar alguns elementos do cotidiano daquelas pessoas e a violência que permeava as suas relações.

"No dia 12 do corr^e achando-se a liberta Ignácia em um quarto do Commércio d'esta Cid^e em companhia de Elias dono do quarto escravo do R^{mo} Vig^o d'esta Freguesia, de Florentina de tal, de Ant^o Francelino e de João Serafim q^z cantava e bebia com q^{me} havia pouco tempo, tinha tido uma altercação a m^{ma} liberta, na porta do Commércio, d'ali se retirou em procura da caza de Júlia, m^{ora} no Catucá, e em companhia escrava Josefina q^z com ela seguia p^a s m^{ma} caza. Ao passar p^{la} caza do italiano Nicolau, p^o ser alta noite abaixaram-se p^o verter agoas, e nessa ocasião apparecendo João Serafim q^z as seguia dera duas grandes cacetadas na offendida q^z a deitarão p^o terra". ^{xxvii}

De acordo com as testemunhas, João Serafim, naquele dia, havia sido desafiado duas vezes: pela manhã, na cacimba, onde a vila retirava água potável, bateu e apanhou de preta Rita depois de uma discussão por “*aquella haver dado tão bem em ? filho seu*”. Rita rasgara sua camisa em mulambos e à noite discutiu com a liberta Ignácia, ocasião em que ameaçou-a. É a própria vítima que no seu interrogatório diz: “... *que tendo uma altercação de palavras com João Serafim de Maria na porta do Commércio a boca da noite de ante ontem, este lhe prometera dar-lhe...*” ^{xxviii}.

O réu tendo sido diminuído na sua condição de macho dominador, afinal tinha apanhado de uma mulher pela manhã e fora rejeitado por outra à noite, reagiu com violência premeditada, pois esperou uma ocasião em que a vítima estava indefesa para atacá-la. Tudo indica que a agressão destinava-se à preta Rita e não à liberta Ignácia. Vejamos o que dizem a 4^a e a 2^a testemunha:

"(...) o denunciado disse a elle testemunha que só não tomava ?a vingança, por que ella tinha sido escrava da casa delle testemunha ou de gente sua, e isto dever-lhes favores...

(...) que este dissera a elle testemunha, quando vinha prezo que ia saptisfeito por ter dado ?a surra em ?a negra: que depois de recolhido a prissão dissera que a negra que havia dado, fora Rita e não a Ignácia, por aquella havêr dado tão bem em ? filho".^{xxix}

Insultar, escarnecer, reagir com gestos e palavras eram as ações com as quais as mulheres reagiam à intimidação física ou moral dos homens. (MACÊDO, 2000, p. 8–26). Tais ações negam os estereótipos existentes acerca da relação homem/mulher que previam a subordinação feminina e a aceitação passiva dos percalços dessa relação. Os recursos utilizados pelos homens para manter a superioridade era o uso gratuito da violência que, de tão rotineiro, era encarado pelas autoridade como banal e a execução da pena justa para os agressores nunca se consumava.

Em todos os casos analisados para esta pesquisa o juiz não condenou nenhum réu. Embora houvesse provas, testemunhas, agravantes, casos de reincidência, o juiz punha sempre um ponto final no caso alegando contradição das testemunhas, insuficiência de provas e outros argumentos para liberar os acusados. Quando muito, ficavam alguns dias na prisão como sucedeu com João Serafim.

Mesmo que a sua prisão social, sexual e política e sua condição mais frágil nas relações de gênero lhes fizessem calar e sofrer na carne e no espírito o poder masculino, as mulheres reagiram. Sua liberdade, ou os nichos em que sua coragem se resguardava foi negociado com propriedade por muitas delas. Era uma luta desigual, é bem verdade, porém mais digna que acomodar a alma na dor.

CONCLUSÃO

Às mulheres foram impostos certos comportamentos, atitudes, posturas, pensamentos e ações. Independente da categoria social, elas aparecem nesta pesquisa envolvidas num emaranhado de imagens e discursos arquitetados para aprisioná-las, domá-las e fazê-las construir um modelo identitário constantemente reelaborado e subjetivado para garantir sua posição de subordinação. Embora diferente em relação à condição social, essa subordinação não alterava a sua essência. Pobres ou ricas, brancas ou negras, livres ou escravas, todas estavam sujeitas a códigos sociais preestabelecidos e expressos nos seus gestos, comportamentos, linguagens e sentimentos.

A nossa pesquisa direcionada para o universo das mulheres ricas e pobres, possibilitou-nos perceber que elas ocupavam espaços diferenciados, mas interrelacionados. Seu cotidiano se entrelaçava assim como a sua história. No entanto, tecemos as considerações finais, obedecendo à metodologia que norteou a pesquisa, ou seja, falaremos inicialmente das

mulheres integrantes das camadas dominantes da sociedade e em segundo lugar nos ocuparemos das mulheres das camadas populares.

Procuramos focar as mulheres da elite entendendo-as como parte de uma sociedade patriarcal constituída historicamente a partir do desenvolvimento da atividade pecuarística. Nesse contexto, aparecem como coadjuvantes, encobertas pela imagem dominante dos homens, encerrada na clausura de suas vidas domésticas e familiares como mães e esposas. Educadas de acordo com princípios rígidos e vigilância constante para desempenhar uma função social, só muito raramente reagiram, recusando-se ao casamento e indo para os conventos ou rompendo as convenções para “fugir” com o pretendente de sua escolha. O casamento era imperativo. Não se concebia a vida de uma mulher, sobretudo da camada mais abastada, se não como dona de casa e mãe ou como freira. Servindo ao marido, à família e a Deus.

Percebemos que as mulheres acomodavam-se e assumiam uma imagem estereotipada: frágil, abnegada, intuitiva, dócil, sensível, elementos constitutivos da “*natureza feminina*”. Mas também tiravam proveito de sua “*natureza frágil*” para se insurgirem utilizando de expedientes sutis como chantagens, manipulação, histeria para assim ampliar o seu poder. Faziam a sua parte na tecitura de uma rede de micro-poderes, exercendo-os na medida que detinham saberes específicos e manipulando-os a sua conveniência, subvertendo no seu cotidiano micro-estratégias de resistência.

À medida que fomos aprofundando nossa investigação, alargando-a em direção ao universo das mulheres pobres, das negras escravas, das mulheres sós e chefes de famílias verificamos que estas não aparecem nos documentos oficiais tanto quanto as mulheres da elite, a não ser nos processos criminais na condição de vítimas, réus ou testemunhas. Através desses processos e de fragmentos recolhidos na bibliografia regional foi-nos possível visualizá-las de uma forma bem diferente do modelo universal do sexo frágil: não eram dóceis, nem submissas, muito menos frágeis e delicadas. Não dependiam necessariamente dos homens. Em sua maioria não se casavam formalmente, tinham uma maneira própria de pensar e viver. Não correspondiam aos estereótipos atribuídos às mulheres abastadas. Apesar disso, constatamos que, não obstante, as diferenças do seu mundo em relação ao mundo das mulheres ricas, as mulheres das camadas populares subjetivavam a ideologia dominante e, por vezes, procuravam se amoldar aos seus modelos de mulher aspirando a um casamento formal e à proteção de um homem.

Constatamos que grande parte dessas mulheres trabalhavam desempenhando funções variadas como lavadeiras, engomadeiras, doceiras, costureiras, mas tais funções consideradas como “*trabalho de mulher*” tinham pouco valor. Embora sustentassem suas famílias, não eram reconhecidas como chefes de família. Dependiam da rua para sua sobrevivência e, por isso, às vezes, envolviam-se em incidentes que denotavam as marcas da sua insubmissão e da sua rebeldia. Reagiam à dominação exercida sobre elas através de mecanismos próprios como insultos verbais e gestos e só raramente recorriam à violência física, preferindo táticas mais sutis. Essas ações negam os estereótipos existentes acerca da relação homem/mulher que previam a submissão feminina e sua aceitação passiva. A submissão existia, mas os documentos que investigamos demonstraram claramente que as mulheres, principalmente as das camadas populares, não a aceitaram passivamente. Muitas reagiram desafiando o poder masculino. Recusaram-se a fazer o papel de vítimas e tomaram nas mãos o seu destino. Pagaram um preço alto por escreverem a própria história.

De acordo com ALBUQUERQUE JÚNIOR, é preciso amar a história “*não pelas certezas que nos revela, mas pelas dúvidas que levanta, pelos problemas que coloca e recoloca*” (1999, p.

317). Assim esperamos que esta pesquisa possa ser a ponta de um extenso novelo a ser desenrolado acerca da História das Mulheres da Vila do Príncipe e do Seridó. Que outros pesquisadores possam dirigir seu olhar sobre essa problemática. Certamente não esgotamos a bibliografia e nem abordamos as mulheres sob todas as perspectivas, uma vez que a problemática feminina possui várias nuances. Esperamos, no entanto, ter contribuído para desanuviar algumas questões, suscitar interesses, despertar paixões ou, pelo menos, provocar curiosidade acerca da História das Mulheres no Seridó.

i Artigo baseado na monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em “História do Nordeste” – UFRN/CAMPUS DE CAICÓ, como parte dos requisitos para a obtenção do título de especialista.

ii C. f. MEDEIROS FILHO, O. de. *Índios do açu e Seridó*, p. 149. Antes de ser elevada à categoria de Vila em 31/07/1788, a atual cidade de Caicó chamava-se Povoação do Caicó ou Povoação do Seridó. A denominação Vila Nova do Príncipe constituiu uma homenagem a D. João VI. Em 15/12/1868, de acordo com a Lei n.º 612 foi elevada à categoria de cidade, passando a se chamar Cidade do Príncipe e finalmente em 07/07/1890, através do Decreto n. 33 passou a ter o nome pelo qual é conhecida hoje – Cidade do Caicó. Apud MORAIS, I, D. R. *Desvendando a cidade – Caicó em sua dinâmica espacial*. p. 41.

iii Entre as atividades econômicas, consideradas como culturas de subsistência na região do Seridó à época da colonização tem-se a mandioca, o milho, o feijão, a abóbora e árvores frutíferas. C.f. MATTOS, p 175.

iv Os povos indígenas que habitavam a capitania do Rio Grande do Norte dividiam-se entre Potiguaras, no litoral e Tarairiús (Janduí) e Cariris, no interior. O Seridó abrigava cinco grupos: canindés, jenipapos, sucurus, cariris e pegas. C.f. MACÊDO, M. K. de. *A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense*. Natal: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN, 1998, 200p. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

v A esse respeito consulte-se PUNTONI, P. *A Guerra dos Bárbaros – Povos indígenas e colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650 – 1720*. São Paulo, 1998, 254p. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

vi C.f. MEDEIROS FILHO (1983, p. 10), introduzir o gado levantando um rancho e uma caiçara já caracterizava a finalidade econômica da terra e esta já passava a ter a denominação de fazenda.

vii C.f. MEDEIROS FILHO (1984) Queiquó seria uma palavra tarairiú (quei = rio; quó = Acuã).

viii O poço de Sant’Ana, como ficou denominado, jamais secou. Reza a lenda que o espírito do deus índio, expulso do mufumbal, foi se abrigar no poço, encarnando-se no corpo de uma serpente enorme que destruirá a cidade, ou quando o poço secar; ou quando as águas do rio, numa cheia pavorosa, chegarem até o altar- mor da Matriz (hoje catedral) de Caicó onde se venera a imagem da mãe de Nossa Senhora (MORAIS, 1998, p. 40).

ix A “Povoação do Caicó” foi instalada solenemente na Fazenda Penedo pelo Cel. de Cavalaria Manoel de Souza Forte, conforme consta em ata datada de 7 de julho de 1735 (MEDEIROS FILHO, 1984, p.141-149).

x De acordo com o jornal “O POVO” (C.f. MEDEIROS FILHO – *Caicó, Cem Anos Atrás*, p. 116) a procissão de encerramento da festa de 1889 contou com 4 mil pessoas.

xi Naquela época a Vila toda se constituía, de algumas ruas que compõem o atual centro histórico da cidade de Caicó.

xii Embora raras, algumas mulheres sabiam os rudimentos da leitura e escrita: “Na escola pública, mantinham a separação por classe masculina e feminina, pouco numerosas”. Em geral, as mulheres que sabiam ler haviam aprendido em casa com o mestre-escola. C.f. FARIA, J.L. *Velhos Costumes do meu Sertão*. Natal: Fundação José Augusto. 1965, p. 40.

[Xiii](#) PRIORE, Mary Del. *Ao Sul do Corpo: Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1995, p. 25 – 26. A autora aborda a condição feminina a partir de um longo processo de domesticação da mulher no sentido de torná-la responsável pela casa, a família, o casamento e a procriação, na figura da “Santa-mãezinha”.

[Xiv](#) Por ser a prática de “*rapto consentido*” muito comum no sertão, os quartos das donzelas não tinham janelas, talvez como medida para evitar tal prática. A esse respeito consulte-se FARIA, J. L. Op. Cit. p. 61 – 63.

[Xv](#) Ficar no “*caritó*” - expressão regional que designa as moças velhas que não casaram, solteironas. Consulte-se HOLANDA, A. B. de. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.

[Xvi](#) A esse respeito consulte-se MEDEIROS e FILHO, O. de. *Velhas Famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

[Xvii](#) DIAS, M. O. L. da S. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995. Evidentemente, que a realidade demonstrada por DIAS em São Paulo diferencia-se em alguns aspectos da realidade retratada nesse trabalho, mas não invalida a comparação. Uma vez que não dispomos de obras regionais que trate do cotidiano local com mais ênfase, optamos por recorrer a esse expediente.

[Xviii](#) C.f. MATTOS, M.R.M.F. *Vila do Príncipe (1885 – 1890): Sertão do Seridó – Um estudo de caso de pobreza*. 1985, p. 141. Tais informações a autora extraiu do Livro de Notas do 1º Cartório Municipal de Caicó – n.º 30, p. 75 e n.º 33, p. 17.

[Xix](#) LABORDOC/FCC/3º CJ/PC/SÉC XIX/N.º 023 - MAÇO 01 - 1876.

[Xx](#) C.f. PERROT, M. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiras*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 202.

[XXi](#) “*Ré com ré, cré com cré...*”. Para ilustrar o preconceito contra casamentos de jovens brancas com negros, expressas nos adágios e provérbios populares. Cf. DIAS, p. 253

[XXii](#) “(...) No privado encontra-se o que possuímos de mais precioso, que pertence somente a nós mesmos (...) que não deve ser divulgado, exposto, pois é muito diferente das aparências que a honra exige guardar em público. Naturalmente inscrita no interior da casa, da morada, encerrada sob fechaduras, entre muros, a vida privada parece, portanto, enclausurada. No entanto, por dentro e por fora dessa “*clausura*”, cuja integridade as burguesias do século XIX entenderam defender a todo custo, constantemente se travam combates”. C.f. DUBY, G. Prefácio à história da Vida Privada. In: ARÍES, P. e DUBY, G. *História da Vida Privada*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 10. (Vol. 1)

[XXiii](#) “No seio das camadas populares, o casamento formal não preponderava (...) os entraves burocráticos (...) a dificuldade do homem pobre assumir o papel de mantenedor (...) soma-se a pretensão de algumas mulheres de garantir sua autonomia”. C f. SOIHET, R. p. 368.

[XXiv](#) LABORDOC/FCC/3º CJ/PC/SÉC. XIX/ N.º 026 – MAÇO 01. 1877.

[XXv](#) Idem

[XXvi](#) MEDEIROS FILHO, O. 1988, p. 78.

[XXvii](#) LABORDOC/FCC/3º CJ/PC/SÉC XIX/ N.º 023 – MAÇO 01 – 1876.

[XXviii](#) Idem.

[XXix](#) Idem, ibidem.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

LABORDOC/FCC/3º CJ/PC/SÉC XIX/N.º 045 – Maço 02 – 1885.

LABORDOC/FCC/3º CJ/PC/SÉC XIX/N.º 023 – Maço 01 – 1876.

LABORDOC/FCC/3º CJ/PC/SÉC XIX/N.º 026 – Maço 01 – 1877.

LABORDOC/FCC/3º CJ/PC/SÉC XIX/N.º 046 – Maço 02 – 1879.

LABORDOC/FCC/3º CJ/PC/SÉC XIX/N.º 048 – Maço 02 – 1879.

LABORDOC/FCC/3º CJ/PC/SÉC XIX/N.º 063 – Maço 02 – 1878.

LABORDOC/FCC/3º CJ/PC/SÉC XIX/N.º 098 – Maço 04 – 1888.

B) MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

PEREIRA, G. de A. e ARAÚJO, Q. L. R. *Retratos de Casamentos. O perfil dos noivos no Seridó do final do século XIX*. Caicó, 2000. 55f. Monografia (Graduação em História) CERES – UFRN.

MACÊDO, M. K. de. *A penúltima versão do Seridó – Espaço e História no regionalismo seridoense*. Natal, 1997. 300 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MATTOS, M. R. M. F. *Vila do Príncipe (1850 – 1890): Sertão do Seridó – um estado de caso de pobreza*. Niterói, 1985. 247p. (Dissertação de Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

PUNTONI, P. *A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1950 – 1720*. São Paulo, 1998, 254f Tese (Doutorado em História. Programam de Pós-Graduação de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

C) BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALENCASTRO, L. F. de. (org.) *História da Vida Privada No Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIAS, M. O. L. da S. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUBY, G. *Prefácio da Vida Privada*. In: ARIÉS, P. e DUBY, G. *História da Vida Privada*, Vol. I, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FALCI, M. K. *Mulheres do Sertão Nordestino*. IN: PRIORE, M. D. (org.) *História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FARIA, J. L. de. *Velhos costumes do meu Sertão*. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, Recife: Câmara dos Deputados: governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

HOLANDA, A. B. de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2 ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MACÊDO, M. K. de. *Crime e Castigo: Os escravos nos processos judiciais do Seridó*. Caicó, 2000. Artigo Apresentado em Relatório de Pesquisa da PPPg. (UFRN)

MEDEIROS FILHO, O. de. *Velhas Famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

_____. *Velhos Inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

_____. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

_____. *Caicó, Cem Anos Atrás*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

MORAIS, I. R. D. *Desvendando a Cidade – Caicó em sua dinâmica espacial*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1999.

NUNES, M. J. R. *Freiras no Brasil*. In: PRIORE, M. D. (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PERROT, M. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiras*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992

PRIORE, M. D. *Ao Sul do Corpo: Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1995.

_____. *A mulheres na história do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. *História das Mulheres: as vozes do Silêncio*. In: FREITAS, M. C. de (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2 ed. São Paulo: contexto, 1998.

_____. *História do Cotidiano e da Vida Privada*. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

ROCHA – COUTINHO, M. L. *Tecendo por trás dos panos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SOIHET, R. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. *Domínios da História – Ensaios da Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

_____. *Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano*. In: PRIORE, M. D. (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo, 1997.